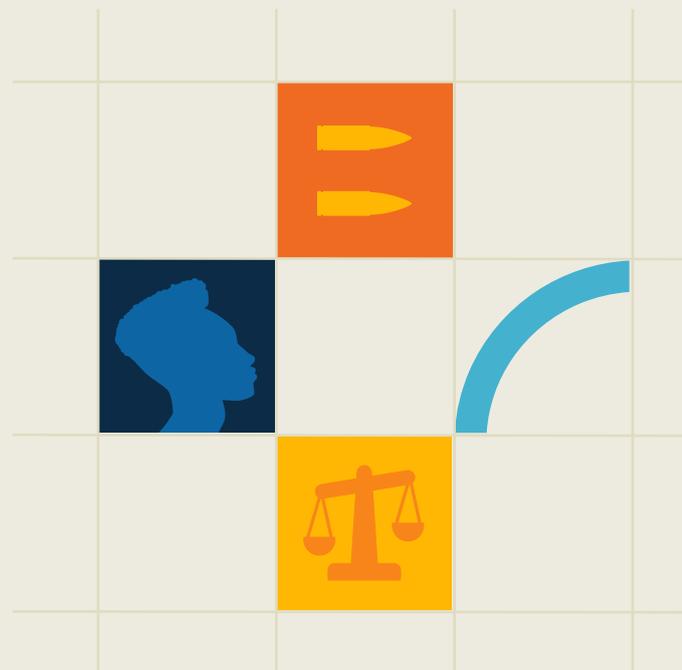


VIOLÊNCIA ARMADA E RACISMO

O papel da arma de fogo na desigualdade racial



FICHA TÉCNICA

VIOLÊNCIA ARMADA E RACISMO: O PAPEL DA ARMA DE FOGO NA DESIGUALDADE RACIAL

3ª edição, 2024

COORDENAÇÃO:

Cristina Neme

ELABORAÇÃO:

Fillipi Nascimento
Cristina Neme

REVISÃO:

Carolina Ricardo

CONSULTORIA DE PESQUISA:

Fillipi Nascimento

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:

Cristiane Ayumi/Pensata Comunicação

APOIO:

Fundação Lemann
Itaú Unibanco
Ford Foundation
Instituto Galo da Manhã
Open Society Foundations

EQUIPE INSTITUTO SOU DA PAZ:

Carolina Ricardo – Diretora-Executiva
Natália Pollachi – Diretora de Projetos
Beatriz Graeff – Coordenadora de Projetos
Brena Andrade – Analista de Mídias Digitais
Bruno Langeani – Consultor Sênior
Cristina Neme – Coordenadora de Projetos
Danielle Tsuchida – Coordenadora de Projetos
Ecilane Rodrigues – Assistente da Diretoria
Fernanda Figueiredo – Analista Contábil-Financeira
Gabriela Alves – Assistente de Comunicação
Gabriella Oliveira – Coordenadora de Projetos
Guilherme Galdino – Analista de Gestão de Pessoas
Izabelle Mundim – Gerente de Comunicação e Engajamento
Janaina Baladez – Gerente de Desenvolvimento Institucional
Jéssica Moura – Analista de Projetos
Luciano Almeida – Gerente Administrativo-Financeiro
Marina Sá – Designer
Maria Eduarda Brommonschenkel – Assistente de Projetos
Marcele De Oliveira – Assistente de Advocacy
Mayra Pinheiro – Pesquisadora
Nathalie Drumond – Gerente de Advocacy
Rafael Rocha – Coordenador de Projetos
Tamiris De Jesus – Coordenadora de Gestão de Projetos (PMO)
Vanessa Machado – Analista de Projetos
Wigde Arcangelo – Assessor de Imprensa

REALIZAÇÃO:


Instituto **25** anos **SoudaPaz**
A paz na prática

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS:



[soudapaz.org](https://www.soudapaz.org)

SUMÁRIO

04 DESTAQUES

07 I. INTRODUÇÃO

09 II. METODOLOGIA

11 III. VIOLÊNCIA ARMADA LETAL

20 IV. VIOLÊNCIA ARMADA NÃO LETAL

26 V. DINÂMICAS CRIMINAIS E VIOLÊNCIA ARMADA

39 VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

DESTAQUES



Nesta terceira edição da análise Violência Armada e Racismo, o Instituto Sou da Paz segue no monitoramento dos impactos da violência armada na sociedade brasileira e atenta para as diferenças na vitimização provocada por arma de fogo segundo o gênero e a raça das vítimas.

No contexto atual, em que o país ainda enfrenta desafios para efetivar uma política responsável de controle de armas, é preciso evidenciar a violência armada como um grave problema que afeta desigualmente a população e gera altos custos sociais e humanos.

Considerando que os **homens são 94% das vítimas dos homicídios cometidos com arma de fogo no país**, o relatório prioriza a análise do perfil masculino e explora os contextos e as dinâmicas dessas ocorrências, chamando a atenção para a urgência de políticas públicas direcionadas à redução e prevenção dos homicídios assim como à proteção do público vulnerável à violência armada.

- 1.** Homicídios por arma de fogo provocaram, em média, quase 38 mil mortes de homens no Brasil por ano entre 2012 e 2022. Para cada três homens assassinados no Brasil, dois são mortos por armas de fogo.
- 2.** A arma de fogo é o meio empregado em mais de 83% dos homicídios de adolescentes e jovens. Entre os adolescentes de 15 a 19 anos, chega a 85%.
- 3.** Jovens adultos de 20 a 29 anos representam 43% das vítimas de homicídios por armas de fogo.

4. Homens negros são 79% das vítimas, sendo três vezes mais propensos a ser mortos por armas de fogo do que homens não negros.
5. 50% dos homicídios de homens por arma de fogo ocorrem nas ruas e, 11%, em residências.
6. As regiões Norte e Nordeste concentram quase metade dos homicídios por arma de fogo e apresentam as taxas mais altas em relação à sua população, muito superiores à média nacional (32,2 homicídios por cem mil homens).
7. Os estados da Bahia e do Amapá, assim como suas capitais, lideram as taxas de homicídios por arma de fogo entre homens, com valores que vão de 78,0 a 118,9 mortes por grupo de cem mil homens.
8. São Paulo e Santa Catarina apresentam as menores taxas de homicídios por arma de fogo, inferiores a 10 por cem mil homens.
9. Homens negros sofrem com taxa de homicídios por arma de fogo 3 vezes maior do que os homens não negros, desigualdade que se reproduz de modo variado por todo o país.
10. A maior desigualdade racial na vitimização ocorre em estados das regiões Nordeste e Norte, chegando ao extremo em Alagoas e no Amapá.
11. Homens negros também são as principais vítimas de violência armada não letal, como lesões físicas ou outros tipos de violência associada ao emprego de arma de fogo, em todas as regiões do país.
12. A via pública é o local mais comum de ocorrência dessa agressão armada não letal (47%), seguido pela residência (18%).
13. Análise em 5 capitais apresenta os diversos contextos em que a violência armada eclode, assim como a evolução das mortes dela decorrentes no tempo considerando o período de 2012 a 2022. Ainda que em conjunturas diferentes, esses cenários têm em comum a grande disponibilidade de armas de fogo e o desencadeamento de conflitos armados, sobretudo em territórios periféricos e no intervalo de 2014 a 2018, à exceção do caso de São Paulo.



🚩 A capital **Belém**, onde os conflitos armados se mostraram associados ao interesse crescente das facções criminosas na região amazônica, sofreu um pico de violência armada entre os anos 2016-2018;

- ↳ **Salvador**, marcada por conflitos faccionais e políticas de segurança violentas, é a capital que apresenta um padrão de taxas altas ao longo de todo o período;
- ↳ Em **São Paulo**, a regulação territorial exercida por uma organização criminosa possivelmente contribuiu para a redução acentuada da violência armada, em tendência constante observada desde a década anterior;
- ↳ **Cuiabá** desempenha um papel estratégico na logística do tráfico de drogas, cujo controle foi amplamente disputado por facções locais e nacionais, influenciando as taxas de homicídio na cidade, cujos picos ocorreram nos anos de 2014-2015;
- ↳ **Porto Alegre** registrou um aumento expressivo da violência armada devido à eclosão de disputas entre facções criminosas locais, que resultaram no aumento expressivo das taxas de homicídios, com pico entre os anos de 2014 e 2016.

Esse quadro indica a urgência de políticas públicas capazes de alterar a ordem social que produz mortes violentas em contextos de vulnerabilidade social e racial. Para superá-lo, é preciso investir em medidas inteligentes de repressão às dinâmicas criminais que estão mais complexas, o que implica fortalecer as capacidades estatais, de transparência e controle, inclusive, das instituições da justiça criminal. Concomitantemente, implementar políticas sociais e de prevenção perenes, voltadas especialmente à juventude, capazes de incidir nas profundas desigualdades raciais marcam a vida das periferias.

INTRODUÇÃO



Entre os anos de 1990 e 2022, o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde registrou mais de 1,5 milhão de homicídios, dos quais aproximadamente 70% foram cometidos com o uso de armas de fogo.

Nos últimos anos, a questão do armamento da população trouxe novos desafios para a gestão da segurança pública. A desarticulação dos mecanismos de controle de armas, associada à redução das restrições para posse e porte, facilitou o acesso a esses dispositivos, gerando preocupações sobre o impacto desse processo na escalada da violência armada no país.

Embora a relação direta entre o aumento recente da circulação de armas e o crescimento dos homicídios no Brasil ainda careça de uma comprovação conclusiva, há um conjunto significativo de estudos que verificam umnexo causal entre a maior disponibilidade de armas e o aumento da violência letal. Estudos nacionais têm comprovado que para cada 1% de aumento no número de armas em circulação é observado um aumento de 2% nas taxas de homicídio.^{1,2,3} Esses resultados reforçam a preocupação de que o acesso facilitado a armas contribui para intensificar os níveis de violência, mesmo que os mecanismos exatos dessa relação sejam complexos e envolvam múltiplos fatores.

É amplamente referenciado que a violência armada no Brasil assola principalmente a homens, jovens, negros e moradores de áreas periféricas.

¹ HARTUNG, G.; PESSOA, S. O papel das armas de fogo na queda dos homicídios em São Paulo. *Ensaio em Demografia e Criminalidade*, p. 41, 2009.

² JUSTUS, M.; KASSOUF, A. Avaliação de Impacto do Estatuto do Desarmamento na Criminalidade: Uma abordagem de séries temporais aplicada à cidade de São Paulo. *Economic Analysis of Law Review*, v. 3, n. 2, p. 307-322, 2012.

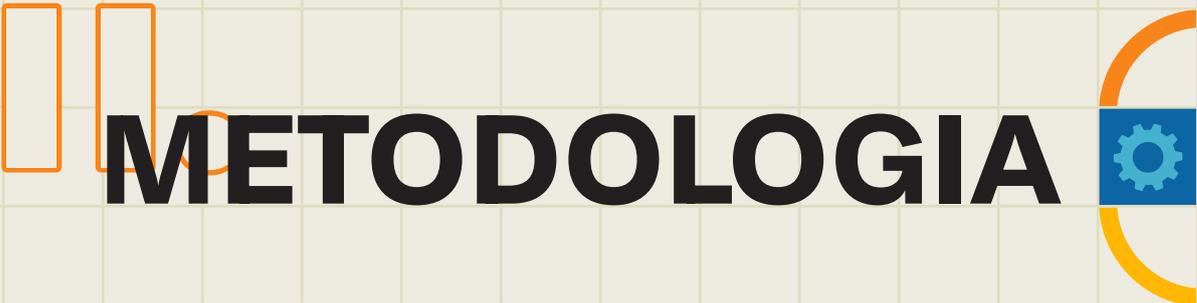
³ CERQUEIRA, D.; MELLO, J. Menos armas, menos crimes. Rio de Janeiro: IPEA, 2012.

Esse perfil reflete desigualdades estruturais profundas, em que gênero, idade e raça se combinam para gerar vulnerabilidades específicas que sujeitam jovens negros periféricos ao envolvimento com a violência.

O combate efetivo da violência armada e das estruturas racistas que a sustentam demanda um esforço contínuo de documentação e monitoramento dos indicadores de mortalidade violenta, que são aqueles que revelam a gravidade do problema. Isso pode ser feito a partir de análises descritivas objetivas, que permitam identificar os perfis, as localidades e as condições que demandam maior atenção, visando, em última instância, embasar políticas públicas.



A presente análise traça um panorama da violência armada no Brasil, enfatizando o papel das armas de fogo na produção de mortes e lesões, e evidencia as desigualdades no exame do perfil dessas ocorrências e de suas vítimas.



METODOLOGIA

Neste relatório, destacamos a análise dos dados produzidos pela área da saúde sobre mortes violentas e outras violências que não resultam fatais caracterizadas pelo emprego de armas de fogo. Por um lado, tratamos como homicídios os registros de mortes por agressão somados aos registros de mortes por intervenção legal, em que o meio utilizado foi a arma de fogo, conforme categorias definidas no **Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM)**. Por outro, contabilizamos como violência armada não letal os casos de violência interpessoal envolvendo armas de fogo atendidos em unidades de saúde e notificados no **Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan)**.

Foram utilizados os microdados disponíveis na plataforma Datasus, que congrega os sistemas de informações geridos pelo Ministério da Saúde. A análise dos homicídios está centrada no período de 2012 a 2022 (SIM) e a análise dos casos de violência não letal cobre o período de 2012 a 2023 (Sinan).

Cabe notar que houve uma piora na qualidade dos registros de mortes violentas, que abrangem homicídios, acidentes e suicídios, indicada pelo aumento notável no número de óbitos cuja causa restou indeterminada. Essa involução é observada a partir de 2018 e varia entre as unidades da federação, de modo que, entre aquelas que apresentam maiores proporções de causa indeterminada, há subestimação dos registros de homicídios.

Considerando a forte prevalência da violência armada na população masculina, que invariavelmente representa 94% das vítimas de homicídio por arma de fogo ao longo da série, examinamos a evolução dos registros ao longo dos anos e detalhamos as circunstâncias dos incidentes e as dinâmicas relacionadas à violência armada contra homens no ano de 2022. Procuramos traçar um panorama da vitimização por armas de fogo no Brasil, com foco na desigualdade racial que sobressai nas diferentes regiões e unidades da federação.

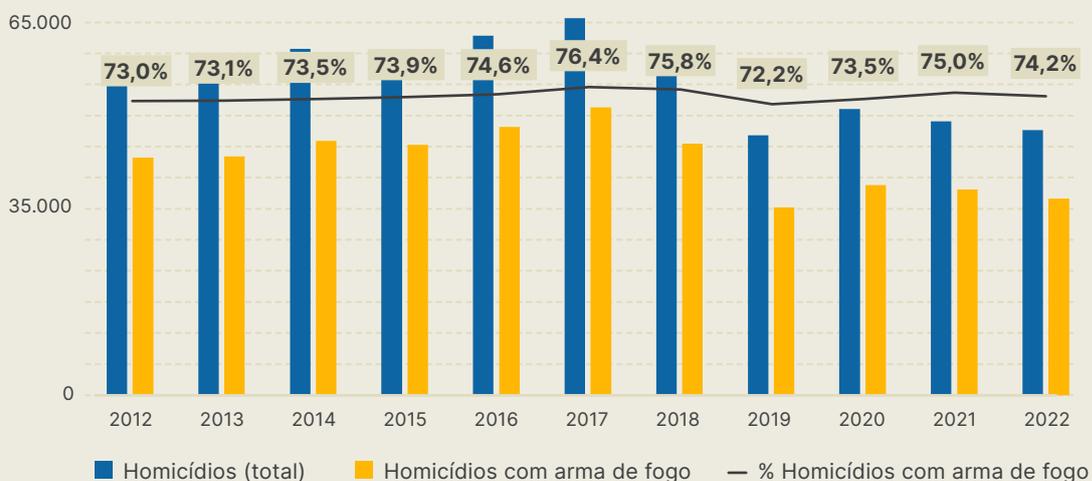
O relatório contempla ainda uma análise qualitativa das dinâmicas criminais e sua relação com a violência armada e racial, baseada em sínteses da literatura especializada. **Buscamos apresentar os diferentes mecanismos que explicam ou estão relacionados à violência armada em algumas capitais brasileiras e à letalidade dela decorrente.**

As desigualdades raciais, o racismo institucional e a marginalização intensificam a exposição de determinados grupos populacionais, notadamente homens jovens negros, à violência, revelando a complexidade e a diversidade dos fatores que influenciam a violência armada em diferentes contextos urbanos do país.

VIOLÊNCIA ARMADA LETAL

Entre os anos de 2012 e 2022, 417 mil homens foram mortos por armas de fogo no Brasil. Isso representa uma média de 37,9 mil mortes por ano. Em 2022, a taxa de homicídios masculinos por armas de fogo foi de 32,2 por 100 mil homens. Apesar das variações no número total de homicídios, há um padrão de vitimização muito consistente no tempo: **para cada três homens assassinados no Brasil, dois são mortos por armas de fogo**. Por si só, esse dado ressalta o papel central que as armas de fogo desempenham na dinâmica da violência letal no país.

Gráfico 1 - Homicídios masculinos, total e por arma de fogo. Brasil, 2022



Fonte: SIM/Datasus

Os dados de 2022 também evidenciam uma maior concentração de óbitos entre jovens e adultos em idade produtiva, com 43% das mortes ocorrendo na faixa de 20 a 29 anos e 40% entre 30 e 59 anos. Isso indica que a violência armada impacta majoritariamente esses grupos etários, que estão em pleno potencial econômico e social. Adolescentes entre 10 e 19 anos também são afetados de forma expressiva, representando 14% das mortes por arma de fogo. As vítimas crianças (0 a 9 anos) representam 0,1% das mortes, enquanto os idosos somam 2%.

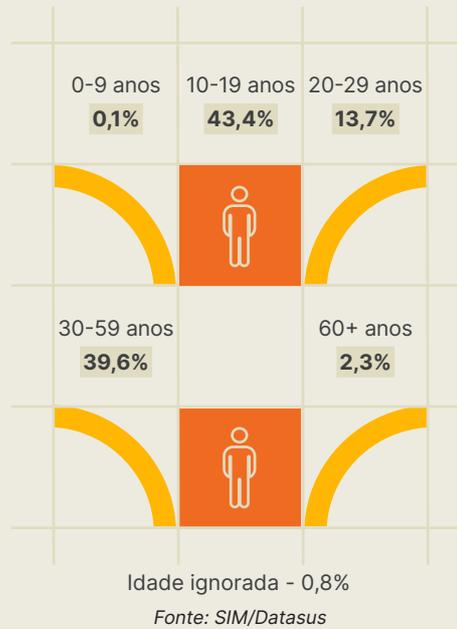
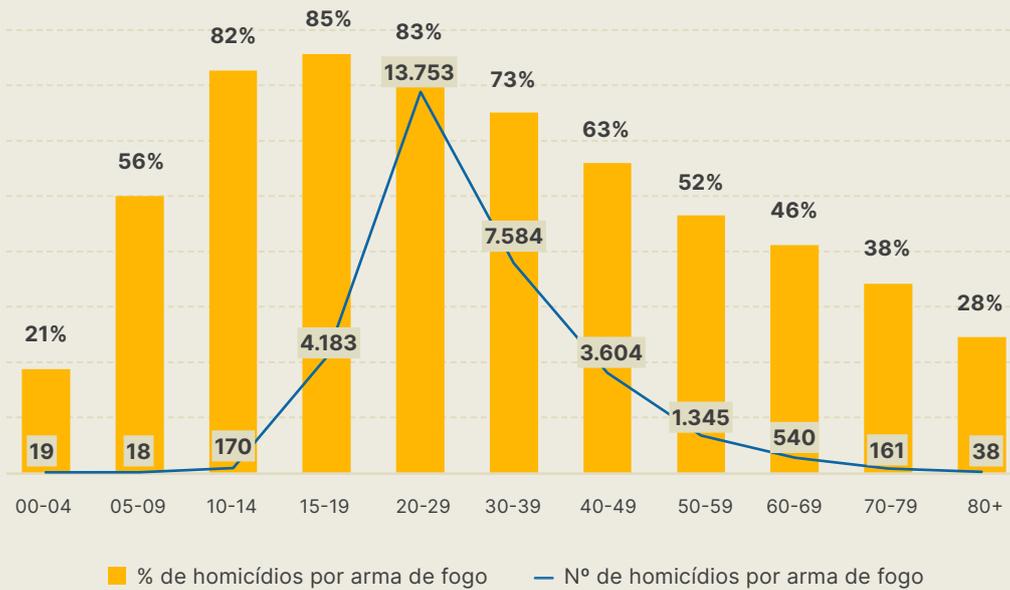


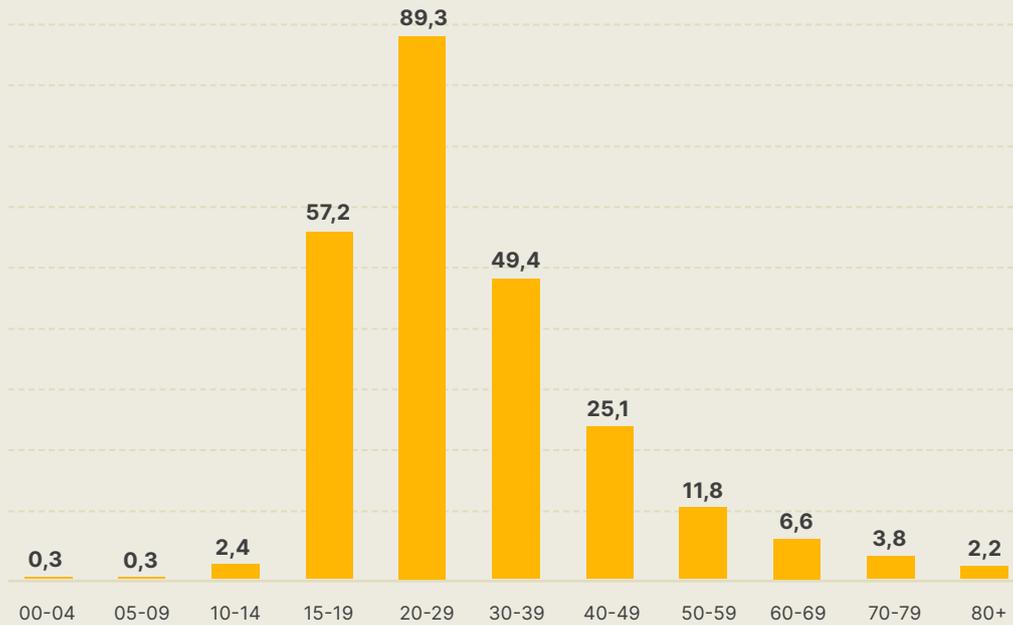
Gráfico 2 - Número de homicídios por arma de fogo e % sobre o total de homicídios masculinos, segundo faixa etária. Brasil, 2022



Em termos relativos, observamos uma concentração de homicídios masculinos na faixa etária de 20 a 29 anos, com uma taxa alarmante de 89,3 mortes por 100 mil homens. Este dado destaca o nível de vulnerabilidade ao qual se encontra exposta essa parcela da população. Já a partir dos 15 anos a taxa salta para 57,2, alcança o pico entre os jovens e começa a declinar a partir da fase adulta, ainda que seja expressiva na faixa de 30 a 39 anos.

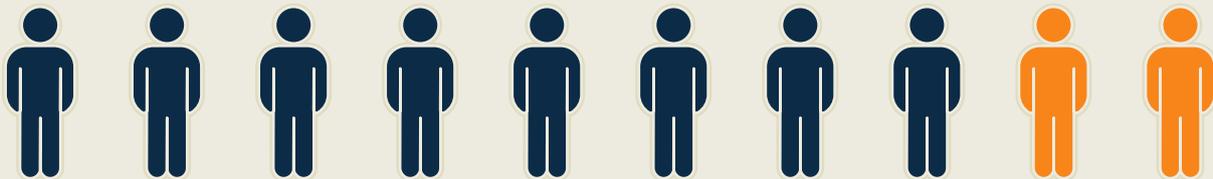
Gráfico 3 - Taxa de homicídios masculinos por arma de fogo segundo faixa etária. Brasil, 2022

Por grupo de 100 mil homens



Fonte: SIM/Datasus; IBGE

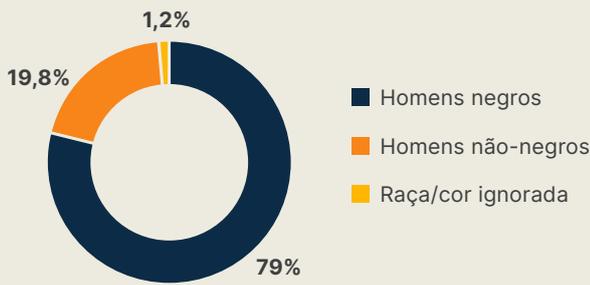
Há uma distinção clara no perfil racial das vítimas de homicídio por armas de fogo. Homens negros (pretos e pardos) representam 79% das vítimas, enquanto homens não-negros correspondem a 19,8%.



Em outros termos, de cada 10 homens vítimas de homicídio por arma de fogo no Brasil, 8 são negros.

Quando analisamos as taxas, essa diferença fica ainda mais evidente. A taxa de homicídios por armas de fogo entre homens negros é de 44,9 por 100 mil homens, três vezes maior do que taxa de 14,7 por 100 mil observada entre homens não-negros, uma diferença que se mantém ao longo do tempo.

Gráfico 4 - Homicídios masculinos por arma de fogo segundo raça/cor. Brasil, 2022



Fonte: SIM/Datasus

Gráfico 5 - Taxa homicídios masculinos por arma de fogo segundo raça/cor. Brasil, 2022

Por grupo de 100 mil homens



Fonte: SIM/Datasus; IBGE

No que se refere ao local de ocorrência dos homicídios, os dados revelam que as vias públicas (ruas e estradas) concentram a maior parte dos eventos, 50% dos casos, reafirmando a predominância de espaços públicos como cenários principais das mortes violentas. As residências somam 11,2%, indicando que uma parcela notável dos homicídios ocorre no ambiente doméstico. Áreas de comércio e de serviços correspondem a 2,6% dos casos, enquanto escolas, outras instituições e áreas esportivas somam 1,3%. Porém, há uma parcela expressiva de casos cujo local de ocorrência do crime não foi especificado (26,3%), indicando lacunas na coleta de informações.

Gráfico 6 - Homicídios masculinos por arma de fogo segundo local de ocorrência da agressão. Brasil, 2022

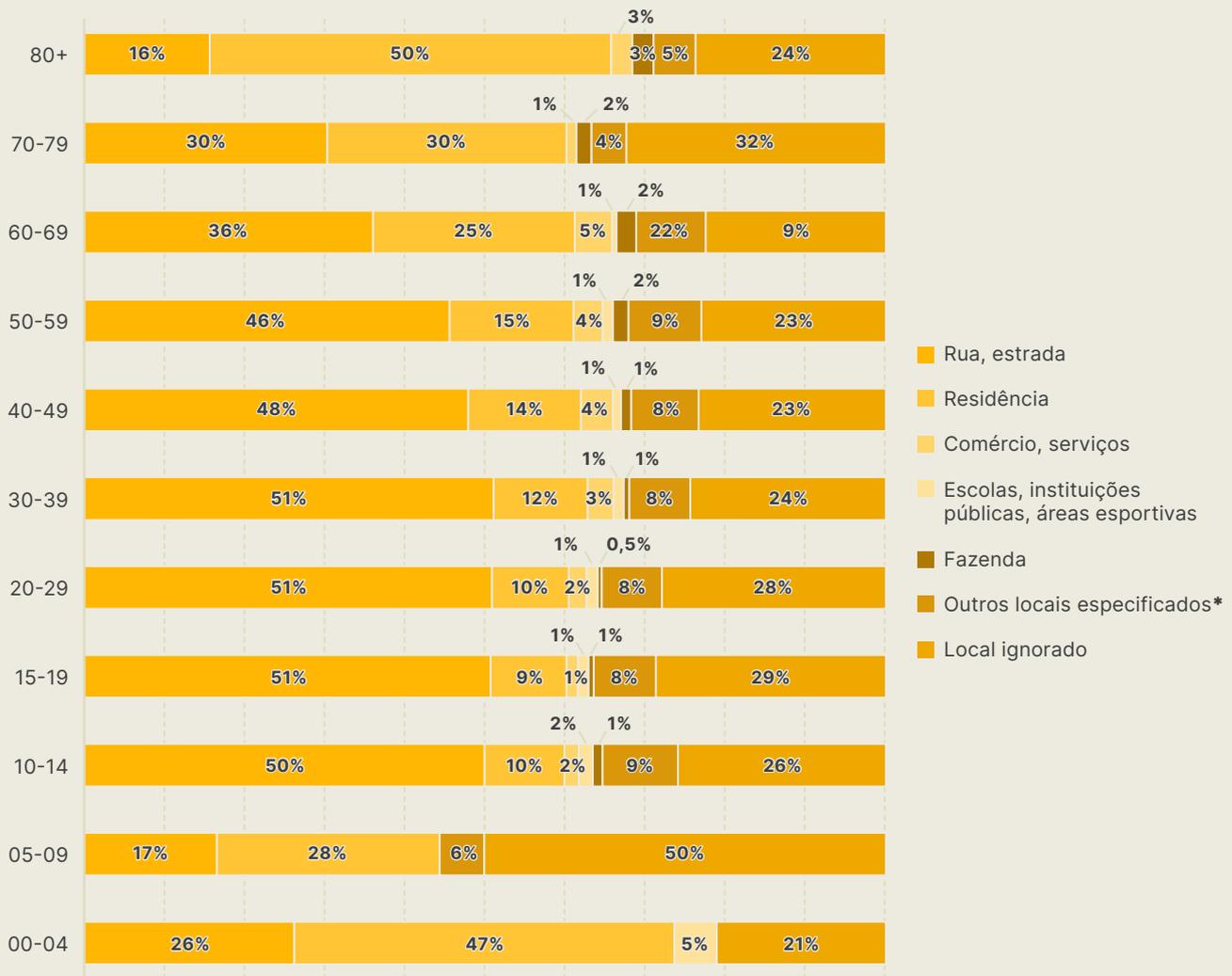


Fonte: SIM/Datasus

*Outros locais especificados incluem habitação coletiva, áreas industriais e em construção, entre outros locais especificados.

O recorte por faixa etária indica a rua como espaço predominante da violência armada a partir da adolescência, passando pela juventude e vida adulta, na medida que a residência se destaca como local da agressão armada contra crianças e pessoas mais velhas.

Gráfico 7 - Homicídios masculinos por arma de fogo segundo local de ocorrência da agressão, por faixa etária. Brasil, 2022



*Outros locais especificados incluem habitação coletiva, áreas industriais e em construção, entre outros locais especificados.

Fonte: SIM/Datasus

As diferenças geográficas na distribuição dos homicídios por armas de fogo evidenciam a diversidade de fatores que influenciam esse tipo de letalidade no Brasil. Esses indicadores subsidiam o reconhecimento das dinâmicas que embasam a violência armada e como elas afetam a distintos segmentos da população, sobretudo o de homens jovens negros, nas regiões do país.

A região **Nordeste** concentra a maior proporção de homicídios masculinos por armas de fogo no ano de 2022, com 48% do total, e apresenta a maior taxa de homicídios armados, com 57,9 mortes por cem mil homens. Esses números indicam que quase metade dos homicídios de homens notificados no país que envolvem o uso de arma de fogo ocorre nesta região. Assim como, em termos relativos, a sua população sofre a maior incidência de homicídios por arma de fogo em comparação com as outras regiões, o que a coloca em uma posição crítica em termos de violência letal.

A região **Norte** responde por 13% dos homicídios registrados no país, mas apresenta a segunda maior taxa de homicídios masculinos, com 48,9 mortes por cem mil homens. O **Centro-Oeste** brasileiro representa a menor proporção de casos, 7%, e a terceira taxa de homicídios por arma de fogo (26,6).

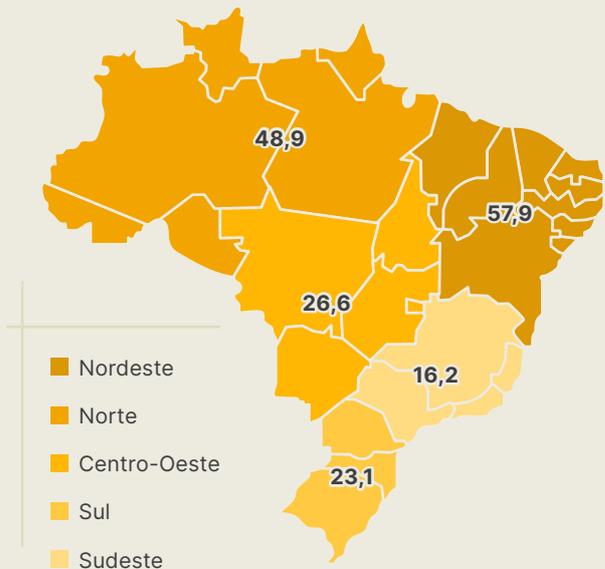
O **Sudeste**, por sua vez, conta 21% dos homicídios masculinos, mas a menor taxa regional, com 16,2 por cem mil homens. Finalmente, a região **Sul** participa com 11% dos homicídios e taxa de 23,1.

Entre as unidades da federação, as diferenças são expressivas. Estados das regiões **Norte** e **Nordeste**, como Amapá e Bahia, destacam-se pelas taxas máximas, cerca de 78 homicídios por cem mil homens, enquanto, na outra ponta, São Paulo e Santa Catarina apresentam os menores níveis de letalidade, com taxas inferiores a 10 por cem mil. No Centro-Oeste, o Mato Grosso exibe a maior taxa (34,9), enquanto o Distrito Federal, com 14,1, a menor. No Sudeste, o Espírito Santo lidera com taxa de 42,4 homicídios por arma de fogo entre homens e, no Sul, o Rio Grande do Sul, com 25,2.

Ainda mais impactantes são as disparidades raciais na vitimização por homicídio. Como ilustra o Gráfico 8, a mortalidade de homens negros é superior a de homens não negros em todos os estados, à exceção de Santa Catarina. A desigualdade racial é mais acachapante em Alagoas, seguido por Amapá, Sergipe e Rio Grande do Norte. Na outra ponta, os estados sulinos respondem, comparativamente, pela menor desigualdade racial.

Mapa 1 - Taxa de homicídios masculinos por arma de fogo. Regiões, 2022

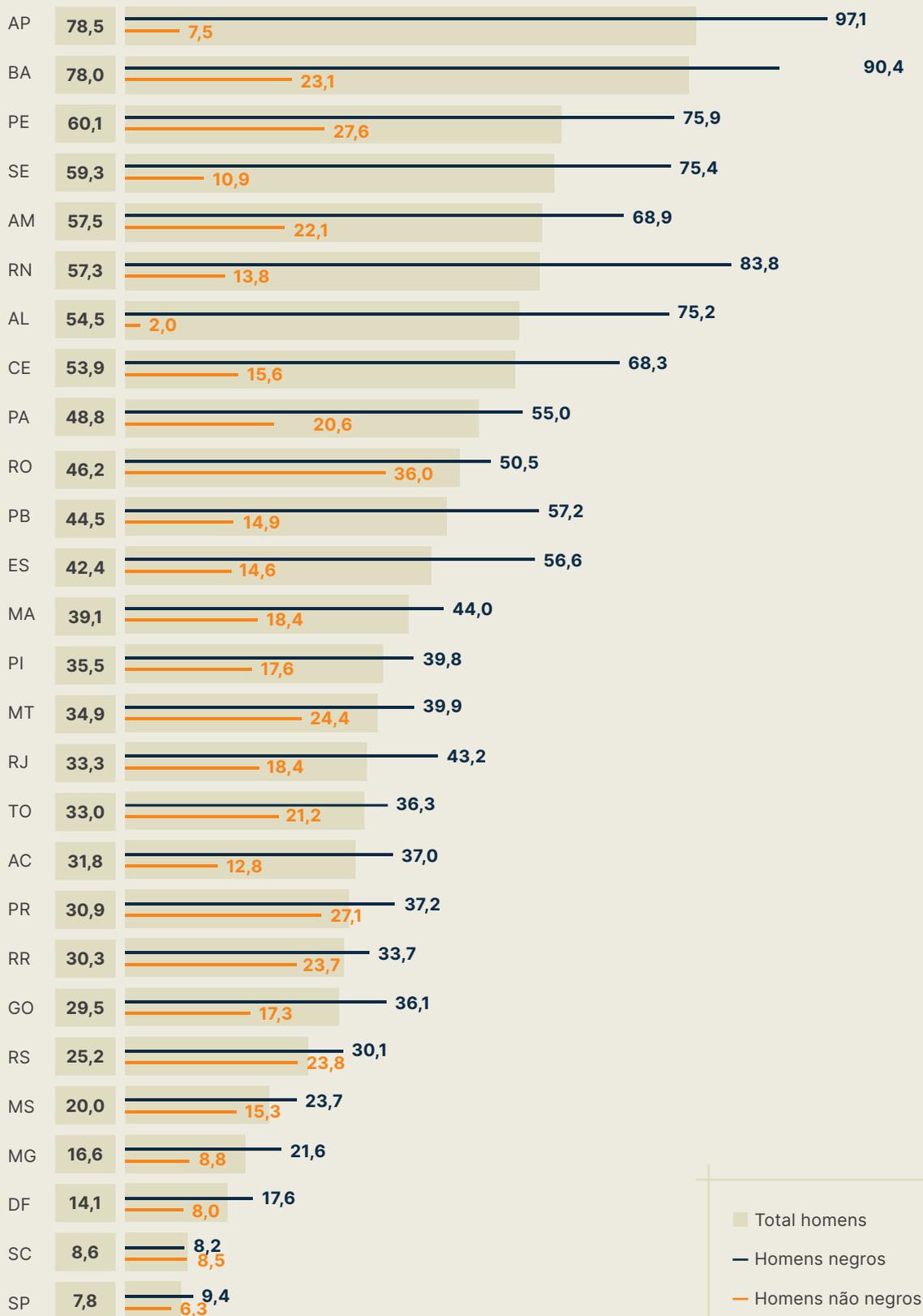
Por grupo de 100 mil homens



Fonte: SIM/Datasus; IBGE

Gráfico 8 - Taxa de homicídios masculinos por arma de fogo, total e segundo raça/cor. Unidades da Federação, 2022

Por grupo de 100 mil homens



Fonte: SIM/Dataus; IBGE

Nas capitais, as dimensões da violência armada assumem novos contornos e as taxas superam a casa das 100 mortes por cem mil homens. Salvador lidera o ranking das capitais mais violentas do país, com as maiores taxas para homens negros e não negros. Em linha com a situação estadual, a maioria das capitais nas regiões Norte e Nordeste apresentam as piores taxas de violência armada. Por outro lado, São Paulo e Florianópolis apresentam os menores níveis de violência armada letal.

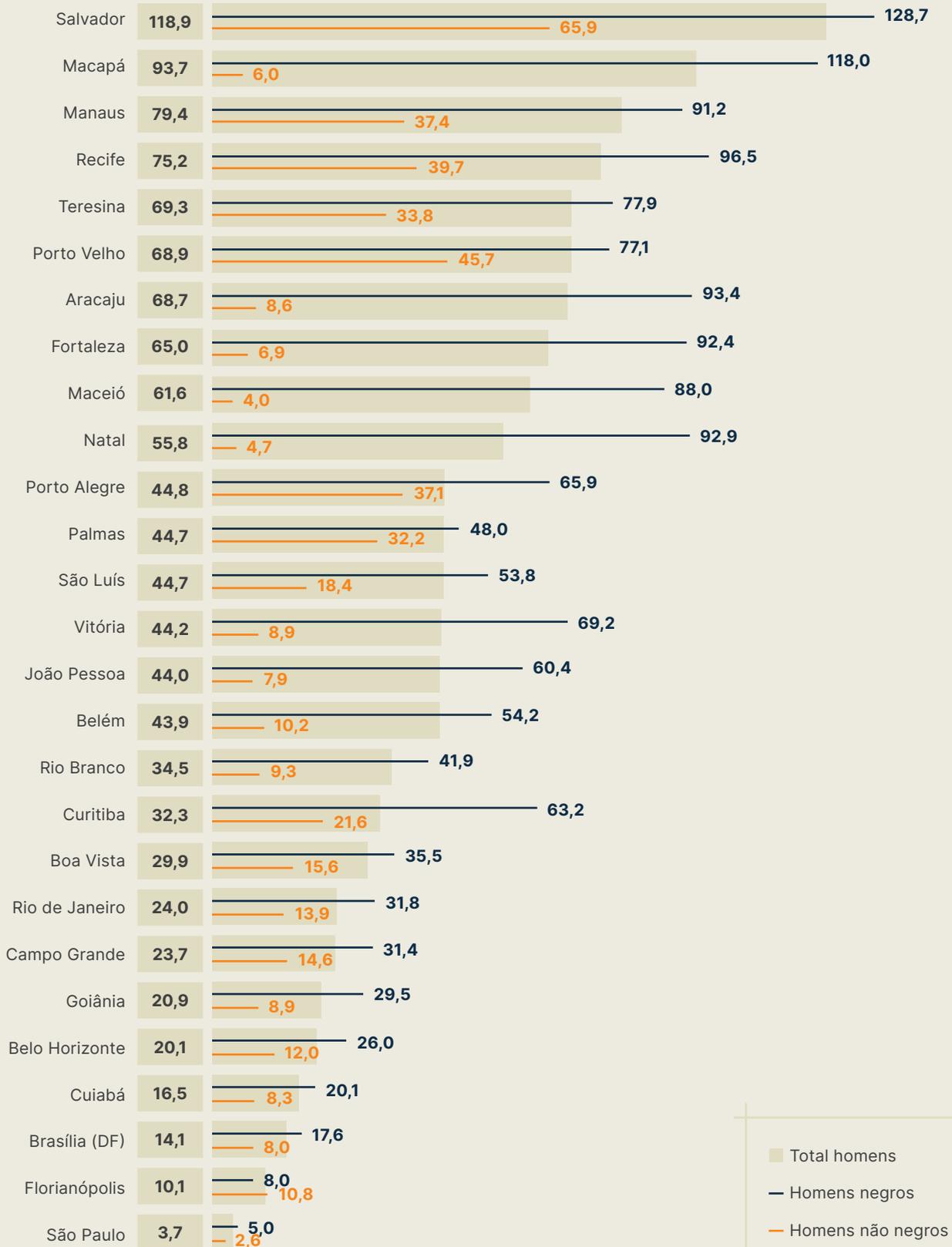
Regionalmente, Porto Alegre e Vitória sobressaem com as piores taxas, em linha com a situação de seus estados. Nas capitais do Centro-Oeste, prevalecem taxas intermediárias de letalidade por violência armada, à exceção de Cuiabá, que se encontra entre as capitais com níveis mais baixos de mortalidade por arma de fogo.

Em geral, a taxa das capitais é superior à dos respectivos estados, mas os casos de Teresina, Porto Alegre e Salvador se destacam como cenários mais graves, visto que suas taxas de mortalidade são de 1,5 a 2 vezes maiores do que a dos respectivos estados. Por outro lado, com taxas muito menores na capital, chamam atenção os casos de São Paulo e Mato Grosso, onde as taxas estaduais são o dobro do que as observadas na cidade de São Paulo e em Cuiabá.

A maior disparidade racial é observada em Maceió, Natal e Macapá, onde a taxa de vitimização de homens negros é cerca de 20 vezes maior. Assim como no estado de Santa Catarina, apenas em Florianópolis se observa taxa superior entre os homens não negros.

Gráfico 9 - Taxa de homicídios masculinos por arma de fogo segundo raça/cor. Capitais, 2022.

Por grupo de 100 mil homens



Fonte: SIM/Datasus; IBGE



IV. VIOLÊNCIA ARMADA NÃO LETAL

Os registros do Sinan refletem as notificações de casos de violência atendidos no sistema de saúde. No universo da população masculina, é obrigatória a notificação dos casos em que as vítimas são crianças, adolescentes e idosos, ou quando pertencem a grupos específicos de vulnerabilidade independentemente da idade. Essas estatísticas refletem também a abrangência do Sinan, que pode contar com maior ou menor cobertura a depender da capacidade de atendimento e gestão da informação nas unidades de saúde do país.

No período de 2012 a 2023, o número total de notificações de violência armada não letal contra homens no Brasil apresentou variações notáveis, com destaque para o aumento de 42% entre 2012 e 2017, em tendência convergente com a de homicídios. Em seguida, uma trajetória de queda se estende até 2021, quando foi registrado o menor valor da série. A expressiva redução nos anos de 2020 e 2021 também é efeito da pandemia de COVID-19, que provocou mudanças no funcionamento das instituições, na mobilidade da população e, conseqüentemente, na notificação de crimes e incidentes violentos. Além disso, a própria dinâmica da violência pode ter sido temporariamente alterada no contexto de isolamento social.

A retomada das notificações a partir de 2021 coincide com o fim das restrições mais severas da pandemia e, nos anos subsequentes, os registros aumentaram expressivamente e, em 2023, superaram até mesmo o pico registrado em 2017.

Gráfico 10 - Notificações de violência armada não letal contra homens. Brasil, 2012-2023*

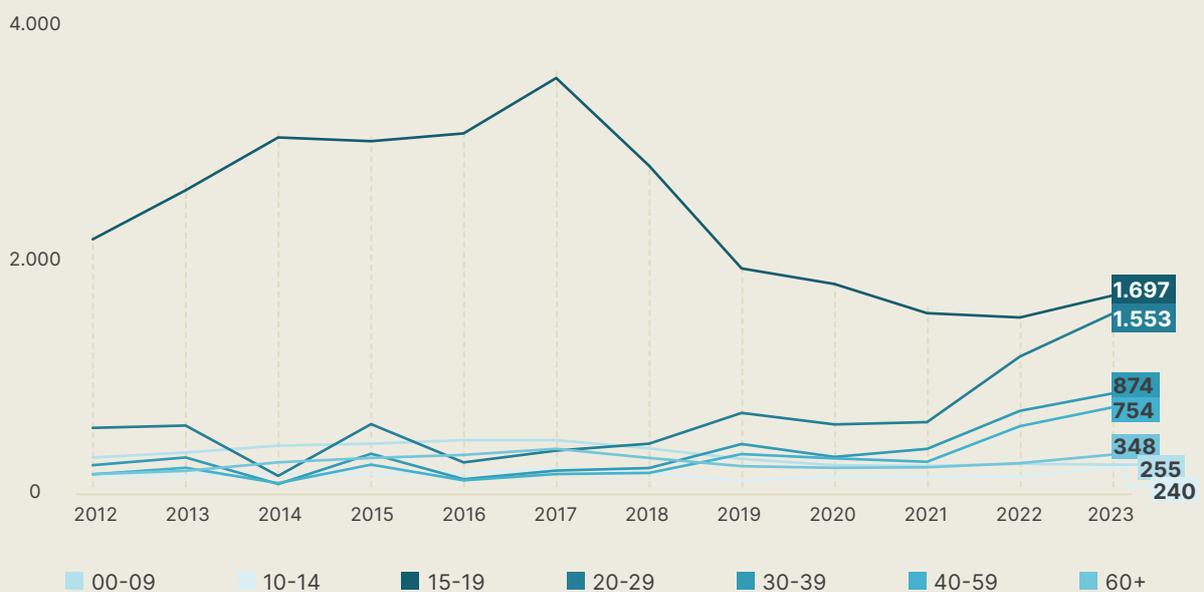


*Dados sujeitos à revisão nos anos de 2022 e 2023.

Fonte: Sinan/Datasus

A distribuição por faixa etária indica a forte participação dos adolescentes de 15 a 19 anos entre as vítimas, lembrando que a notificação não é obrigatória para homens adultos (20 a 59 anos) que não se incluem em grupos vulneráveis. Ainda assim, a participação deste grupo cresce, especialmente nos últimos dois anos da série, na medida em que a de adolescentes sofre uma redução expressiva após o pico de 2017. Nos anos de 2016-17 os adolescentes representavam 66% dos atendidos por violência armada, mas, nos anos de 2022-23, eram cerca de 31%, quando os adultos passaram a somar cerca de 54% das vítimas.

Gráfico 11 - Notificações de violência armada não letal contra homens, por faixa etária. Brasil, 2012-2023

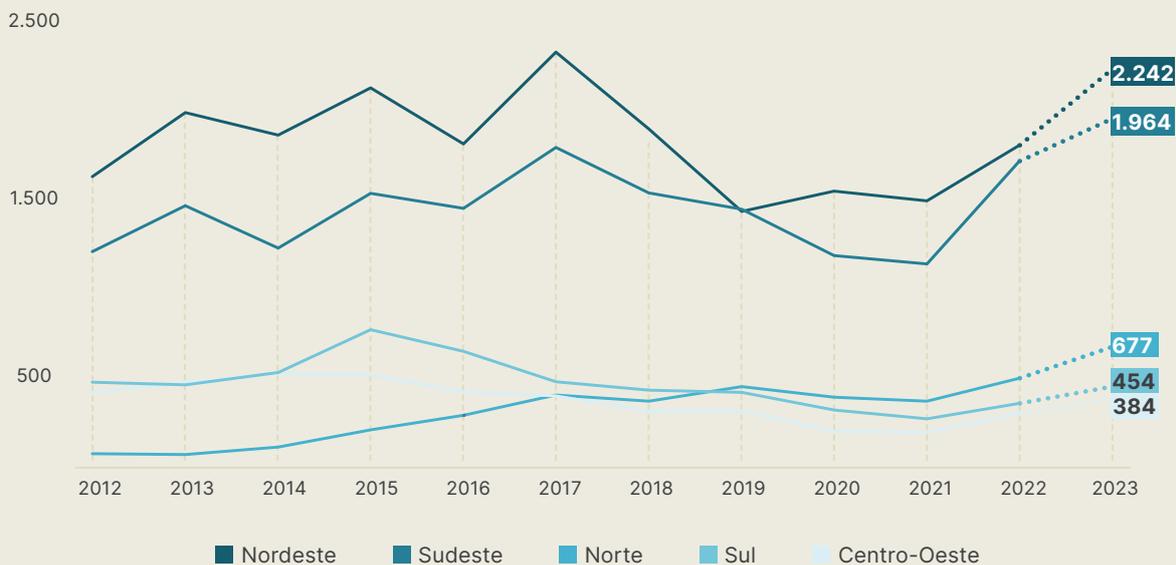


Fonte: Sinan/Datasus

Os registros aumentaram a partir de 2021 em todas as regiões e para ambos os grupos raciais, homens negros e não negros.

Em volume, as notificações de violência armada não letal estão concentradas nas regiões Nordeste (39%) e Sudeste (37%). Vale lembrar que o número de notificações atendidas no sistema de saúde é muito menor do que o de homicídios, haja vista a alta letalidade da arma de fogo. A taxa nacional de homicídios masculinos por arma de fogo (32,2) é quase 7 vezes superior à de notificações de violência armada não letal do Sinan (4,8), o que significa que a maioria das vítimas que sofrem agressão com arma de fogo vem a óbito. **A análise regional indica que, em termos relativos, Nordeste e Norte apresentam as maiores taxas de violência armada não letal, assim como se observa no caso dos homicídios.** Já o Sudeste se diferencia ao contar com a terceira maior taxa de atendimento de casos de violência armada não letal, ainda que apresente a menor taxa de homicídios. Isso reflete duas possibilidades que podem variar localmente a depender, por um lado, da maior ou menor capacidade de atendimento e de notificação dos casos pelo sistema de saúde e, por outro, do maior ou menor grau de violência armada e, conseqüentemente, de letalidade, que acomete a sociedade.

Gráfico 12 - Notificações de violência armada não letal contra homens, por região, 2012-2023

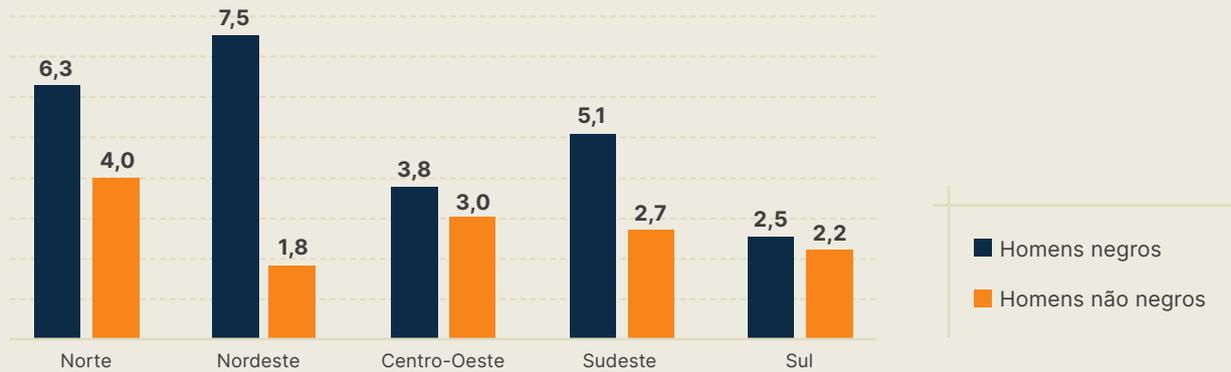


Fonte: Sinan/Datasus

Os dados de violência armada não letal contra homens reiteram a persistência da desigualdade racial, visto que homens negros são a maioria das vítimas em quatro das cinco regiões do país. No Norte e Nordeste, representam mais de 80% das vítimas, enquanto na região Sul, os não negros são 65%. **Em termos relativos, porém, todas as regiões apresentam taxas de notificação de violência armada não letal superiores para os homens negros.**

Gráfico 13 - Taxa de notificações de violência armada não letal contra homens segundo raça/cor, por região, 2002

Por grupo de 100 mil homens



Fonte: Sinan/Datasus; IBGE

Quando nos atemos ao tipo de violência associada ao emprego da arma de fogo, observamos que prevalece a violência física, presente em 82% dessas ocorrências em 2022. Em seguida, a violência psicológica está presente em 7% das notificações, sobressaindo entre os homens não negros (10%) e entre os mais velhos, especialmente idosos (10%). Embora seja mais difícil de ser identificada e registrada, seu impacto sobre as vítimas pode ser profundo e duradouro, afetando a saúde mental e emocional. Ela inclui ameaças, humilhações, intimidações e outras formas de abuso que não deixam marcas físicas, mas causam danos psicológicos severos.

Outros tipos de violência, como tortura, intervenção legal (policial), violência sexual e financeira e até mesmo negligência, que remete a situações de desamparo ou falta de proteção por parte de familiares, cuidadores ou instituições, aparecem entre 1% e 2% das notificações de violência armada. Tortura tem maior participação entre os mais velhos e idosos (4%), intervenção legal é maior entre os adultos jovens (3%) e negligência, entre as crianças, chega a 15%.

Gráfico 14 - Notificações de violência armada não letal contra homens, por tipo de violência associada, segundo raça/cor. Brasil, 2022



*Inclui tráfico de pessoas, trabalho infantil e outros tipos não especificados.

Fonte: Sinan/Datasus

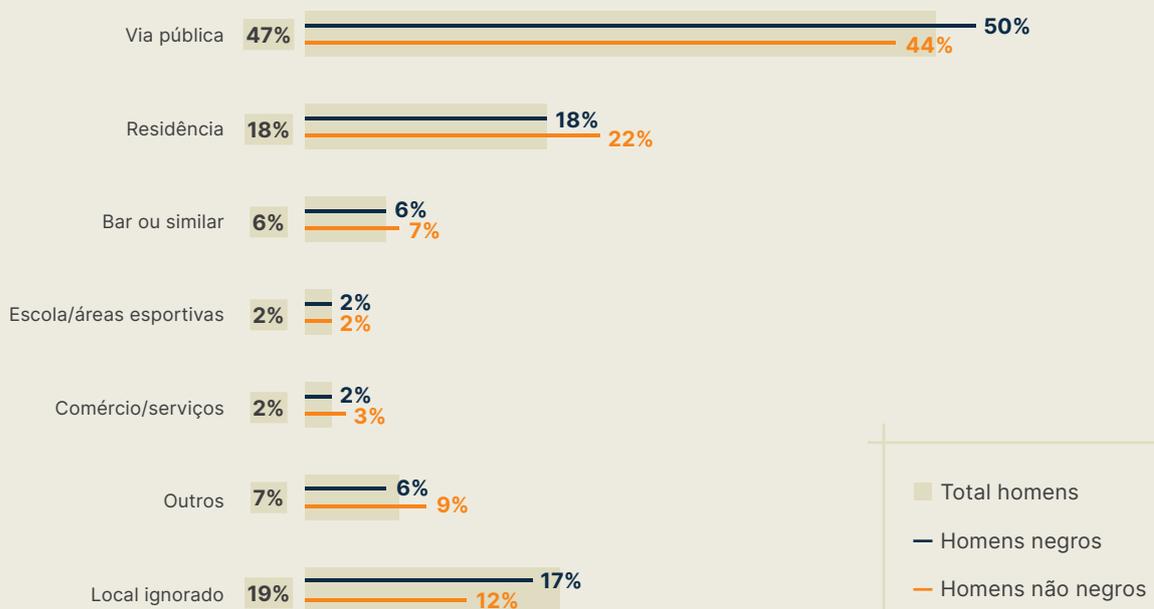
A **via pública** é o local mais comum de ocorrência da agressão armada contra homens, representando 47% dos casos não letais, de modo similar ao padrão observado nos casos de homicídio. A **residência** aparece como o segundo local mais frequente, respondendo por 18% das ocorrências, o que indica uma incidência relevante de violência armada dentro de casa.

Bares ou locais similares respondem por 6% dos casos, enquanto escolas e espaços de prática esportiva, bem como estabelecimentos comerciais e industriais, têm participação de 2% cada.

Comparativamente, em termos raciais, nota-se que a via pública sobressai como local de ocorrência da agressão armada entre os homens negros (50%), enquanto a residência tem maior participação entre os não negros (22%). Esse dado sugere que os homens negros estão ainda mais expostos à violência das ruas, enquanto os não negros estão mais expostos ao risco que a arma de fogo representa em situação de conflitos domésticos.

Finalmente, a falta de informação sobre o local do crime é maior entre homens negros (17%) do que entre homens não negros (12%), lacuna observada em outras variáveis também.

Gráfico 15 - Notificações de violência armada não letal contra homens, por local de ocorrência da agressão. Total e segundo raça/cor da vítima, Brasil, 2022

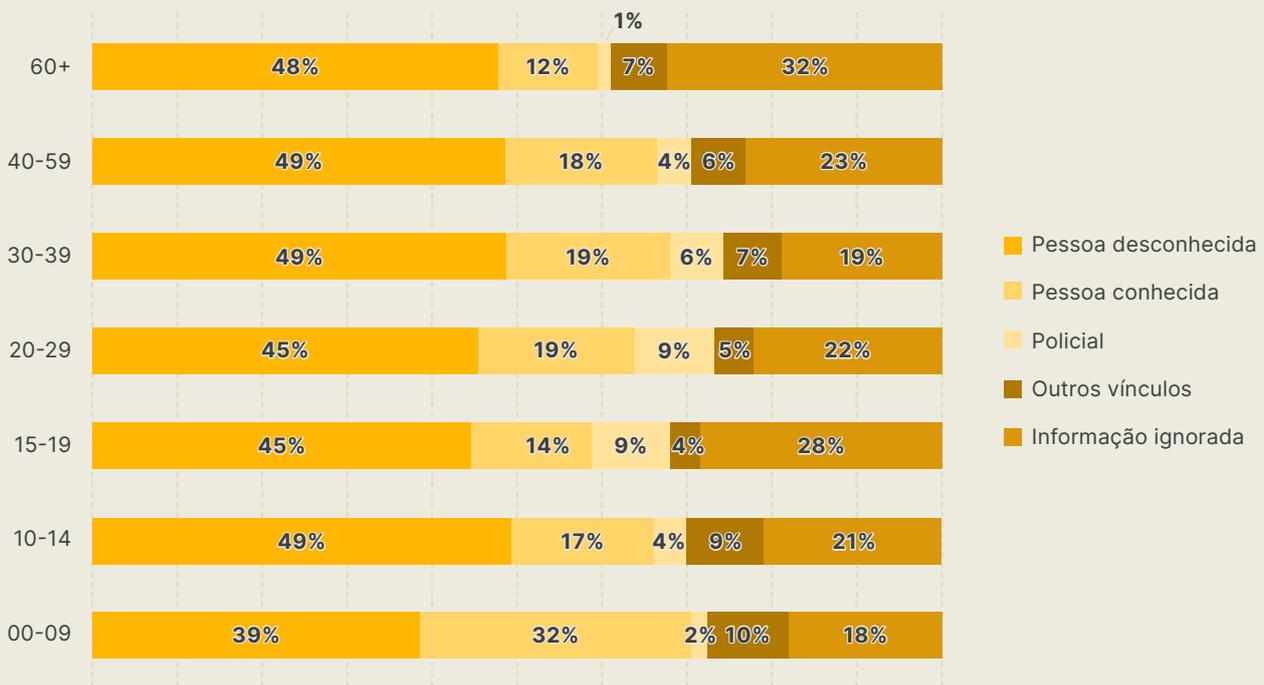


Fonte: Sinan/Datasus

A informação disponível sobre a autoria da agressão armada indica que os autores são em maior parte desconhecidos (46%), 17% são pessoas conhecidas (categoria que engloba parentes, parceiros ou ex-parceiros e amigos) e 7% são policiais. Entre as vítimas mais novas, os autores conhecidos despontam com maior participação e chegam a responder por 32% dos casos de violência armada contra crianças. Entre os adolescentes e adultos jovens, os policiais respondem por 9% das agressões.

A falta de dados sobre autores da agressão, um problema também observado nos registros policiais, se repete nas notificações de violência do sistema da saúde, ainda que seja possível obter essa informação junto à vítima ou seu representante. Essa lacuna prejudica uma compreensão mais detalhada do perfil e da dinâmica dos casos de violência armada, passo importante para desenvolver políticas de prevenção, e aponta para a necessidade de aprimorar os processos de coleta e registro de dados no Sinan.

Gráfico 16 - Notificações de violência armada não letal contra homens, segundo autoria da agressão e faixa etária da vítima, Brasil, 2022



Fonte: Sinan/Datasus

V. DINÂMICAS CRIMINAIS E VIOLÊNCIA ARMADA



Nesta seção, propomos uma análise qualitativa das dinâmicas criminais que fomentam a violência armada no Brasil, focando em cinco casos emblemáticos: São Paulo (Sudeste), Porto Alegre (Sul), Salvador (Nordeste), Cuiabá (Centro-Oeste) e Pará (Norte). A escolha dessas localidades visa abarcar uma representação de diferentes regiões e capitais do país, cada qual com suas particularidades no que tange à dinâmica da violência urbana. A análise é conduzida a partir de sínteses da literatura especializada, que nos permitem acessar as múltiplas dimensões que informam a violência armada em cada contexto regional, com atenção às particularidades de cada estado, especialmente em suas capitais.

Em São Paulo, discutimos a relação entre o controle territorial exercido pelas facções e a relativa queda nas taxas de homicídio nos últimos anos, contrastando com o cenário de Porto Alegre, onde as disputas entre coletivos criminais locais rivais levaram a um recrudescimento da violência armada. Em Salvador, o foco recai sobre a expansão faccional nas periferias e a crescente militarização das políticas de segurança, que têm implicações diretas na mortalidade homens jovens negros. Em Cuiabá, analisamos como a localização geográfica da cidade, relativamente próxima da fronteira com a Bolívia, influencia a logística do tráfico de drogas, contribuindo para o aumento da violência armada. Em Belém, por fim, exploramos as conexões entre o avanço das facções e a expansão do desmatamento e da mineração ilegal, fatores que têm contribuído para o acirramento dos conflitos armados.

Com base nesses casos, buscamos estabelecer uma conexão entre as descrições apresentadas nas seções anteriores e uma discussão mais aprofundada sobre os fatores que precedem a ocorrência de homicídios por armas de fogo no Brasil. Em

última instância, pretendemos contextualizar as observações obtidas das análises descritivas, ampliando o debate para incluir as **dinâmicas sociais que constituem o plano de fundo dos cenários da violência armada no país.**

Para a análise, considera-se a evolução dos homicídios na série 2012-2022, mas com indicação da taxa até o ano de 2021, para evitar distorções em razão da diferença de dados populacionais (censo demográfico de 2022 e estudo de estimativas populacionais para os anos anteriores). De todo modo, é possível observar a tendência em 2022 segundo os números absolutos de homicídios.⁴

Belém (Pará)



Desde o início da série analisada, o estado do Pará apresenta alta prevalência de violência armada, com destaque para a capital Belém, cujas taxas de homicídios por arma de fogo mantiveram-se duas vezes maior do que a observada no interior do estado até o ano de 2018. Belém é historicamente uma cidade estratégica para o tráfico de drogas e armas, e isso se deve essencialmente à sua localização geográfica. Como um dos principais portos da região Norte, a cidade serve de ponto de

entrada e saída para o transporte de mercadorias ilegais, viabilizado pela vasta extensão de rios e florestas que dificultam a fiscalização e o controle. Esse é um dos fatores fundamentais ao entendimento da dinâmica da violência armada na capital paraense⁵.

A partir de 2012, a violência na região de Belém se intensificou à medida que facções criminosas do Sudeste do país, como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), começaram a disputar o controle das rotas do tráfico. O aumento da taxa de homicídios nesse período coincide com a tentativa do CV de centralizar as atividades criminosas, expandindo seu domínio sobre o tráfico de drogas e as redes de proteção e extorsão nas periferias da capital⁶. Essa ofensiva resultou em um cenário de violência marcado por disputas territoriais intensas entre grupos locais e o CV.

Como consequência, o número de mortes, principalmente cometidas com arma de fogo, aumentou substancialmente, refletindo a brutalidade dessas disputas pelo controle do crime organizado em Belém. Em resposta à escalada da violência, o governo do estado do Pará intensificou as operações policiais na capital, que resultaram em algumas reduções pontuais na taxa de homicídio. Ao mesmo tempo, essas ações foram acompanhadas por um aumento significativo no número de casos de violência policial.

⁴ São as duas fontes: *Estudo de Estimativas Populacionais por Município, Idade e Sexo 2000-2021* (IBGE e Ministério da Saúde/SVS) para dados populacionais segundo municípios e sexo, e *Censo 2022*. Considerando que o Censo contou com ajuste posterior para corrigir uma subestimação da população, mas não foi utilizado por não dispor desses dados desagregados por gênero e municípios, evitou-se a comparação com as taxas de 2022.

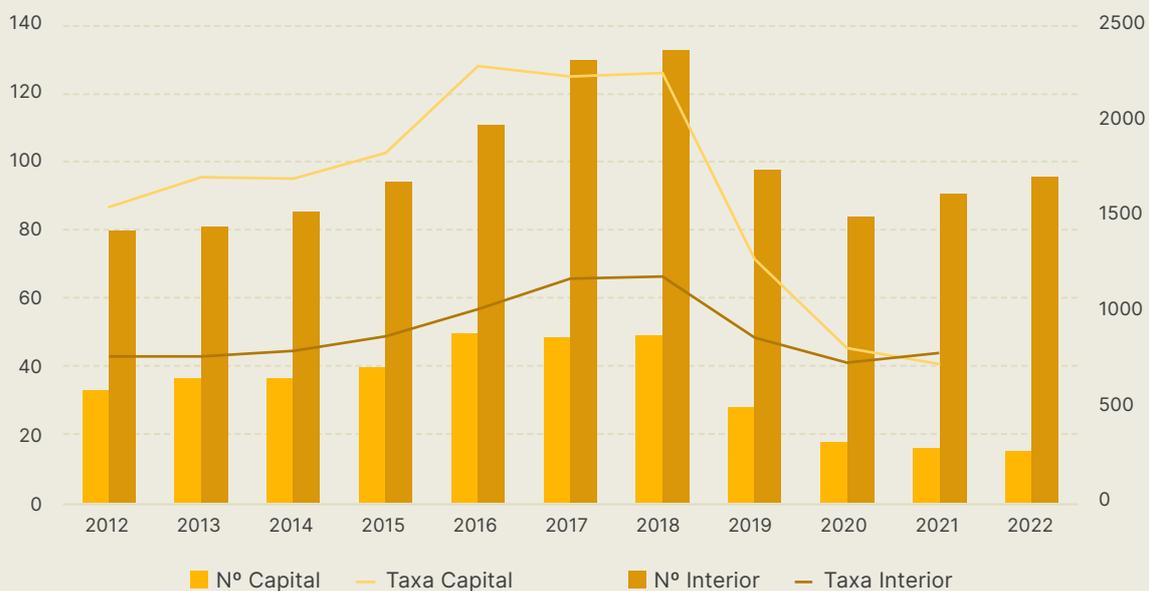
⁵ MANSO, B.; DIAS, C. *A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil*. São Paulo: Editora Todavia SA, 2018.

⁶ SOARES, M. et al. *Dinâmicas da violência nas regiões brasileiras: estado do Pará*. Brasília: IPEA, 2024.

Nas periferias, a presença ostensiva da polícia ampliou as tensões entre as facções e as comunidades, culminando em confrontos armados que envolveram tanto criminosos quanto civis⁷. Mesmo que frequentes, as operações policiais raramente resultaram em mudanças sustentáveis nas dinâmicas locais do crime. É no triênio 2016-2018 que se observa o aumento mais acentuado da taxa de homicídios, sobretudo por armas de fogo, na capital e no interior do estado. Mas, na capital, 85% dos homicídios masculinos registrados entre 2012 e 2022 resultaram da violência armada, com taxa que superou a casa de 125 mortes por cem mil homens no período mais crítico.

Gráfico 17 - Homicídios masculinos por arma de fogo no estado do Pará, capital e interior, 2012-2022.

Número e taxa (por grupo de 100 mil homens)



Fonte: SIM/Datasus; IBGE

As **milícias** também são amplamente referenciadas na literatura especializada como vetores da violência em Belém. Os primeiros registros da presença de milícias em Belém datam da primeira metade dos anos 1980. Formadas por ex-policiais, membros de forças de segurança e agentes civis, essas organizações paramilitares operam à margem da lei, mantendo, contudo, uma fachada de legalidade ao oferecer “proteção” a moradores e comerciantes em troca de pagamento. Em Belém, as milícias exercem controle sobre diferentes atividades ilícitas, como a segurança privada, extorsões, venda ilegal de terrenos e, em algumas regiões, até o tráfico de drogas. Em muitos dos casos, há uma sobreposição de interesses entre as milícias e as forças de segurança, uma condição que tem dificultado o combate efetivo a essas organizações. A atuação das milícias nas periferias de Belém também tem sido apontada como **um dos**

⁷ COUTO, A. *Redes criminosas e organização local do tráfico de drogas na periferia de Belém*. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 5, n. 1, p. 2-13, 2013.

fatores que alimentam a letalidade armada, já que os frequentes confrontos entre milicianos e faccionados resultam em um elevado número de vítimas⁸.

Um outro fator relevante na explicação da violência armada em Belém é a expansão do **desmatamento e da mineração ilegal na região amazônica**. Esses processos estão intimamente associados às atividades das facções que exploram as áreas desmatadas para o tráfico de drogas, mas, principalmente, para a extração ilegal de recursos. O avanço do crime organizado na Amazônia Legal se sobrepôs ao crescimento da violência nas zonas urbanas de Belém, criando uma conexão direta entre a criminalidade urbana e rural⁹. A capital paraense, como centro logístico e econômico, é um ponto estratégico para o escoamento dos recursos extraídos ilegalmente e para a distribuição de drogas. A lucratividade gerada pelo controle dessas atividades tem financiado a **compra de armamento pesado**, potencializando a capacidade de enfrentamento das facções contra rivais e contra as forças de segurança, e, em última instância, contribuindo para o aumento da letalidade armada na capital.

Após 2018 os indicadores de violência armada no estado decrescem até o ano de 2020 (-45%), em queda puxada sobretudo pela capital (-64%). Essa tendência de redução mais acentuada na capital resulta na inversão do cenário em 2021, quando o interior supera a capital em termos de taxa e segue em movimento ascendente até 2022.

Nos estudos recentes, esse breve declínio da taxa é atribuído a fatores como a consolidação do domínio do Comando Vermelho na cidade, e com isso uma possível estabilização das disputas territoriais, além de estratégias de segurança pública voltadas para a redução da criminalidade em áreas consideradas críticas.¹⁰

Em 2020, o governo do Pará instituiu uma política pública focada em territórios e públicos em situação de vulnerabilidade social e de violência. Com objetivo de promover uma política de segurança articulada a políticas de inclusão social, o TerPaz prevê uma frente de atuação policial e administrativa com objetivo de retomar os espaços públicos para, em seguida, dar entrada a programas de inclusão social de modo articulado à consolidação do policiamento de proximidade no território.

⁸ SARRAF, M. *Conexão e mortes entre dois estados com a presença do Comando Vermelho*. Pública, [s. l.], 6 de julho de 2022. Disponível em: <<https://apublica.org/2022/07/conexoes-e-mortes-entre-dois-estados-com-a-presenca-docomando-vermelho/#Estopim>>. Acesso em: 20 set. 2024.

⁹ FBSP. *Cartografias das violências na Região Amazônica: relatório final*. São Paulo: FBSP, 2022.

¹⁰ SOARES, M. et al. *Dinâmicas da violência nas regiões brasileiras: estado do Pará*. Brasília: IPEA, 2024.

Salvador (Bahia)



A Bahia também se caracteriza por uma grave prevalência de violência armada entre os homens ao longo da série, com destaque para as mais altas taxas da capital Salvador, sempre à frente do interior. Ainda que o pico atingido no triênio 2016-2018 seja seguido de redução, chama atenção a menor variação das taxas que permanecem em elevados patamares ano a ano. Além disso, após 2019, ocorre uma brusca inversão, puxada sobretudo pela

capital. O estado volta aos mais altos níveis de homicídios por arma de fogo e se posiciona entre as unidades da federação mais violentas do país.

A trajetória da violência armada em Salvador, como outras capitais do Norte e do Nordeste do país, também é marcada pela crescente presença de grupos criminosos armados que disputam o controle territorial, sobretudo nas periferias. Ao longo dos anos 2010, a capital baiana vivenciou um cenário de violência extrema, com homicídios em massa, conflitos faccionais e intervenções policiais descoordenadas e ineficazes. Mas muito embora as dinâmicas da violência em Salvador compartilhem algumas semelhanças com as de outras capitais brasileiras, as especificidades do contexto soteropolitano demandam análises que levem em conta as raízes históricas e as particularidades socioeconômicas da cidade.

As áreas centrais de Salvador, com sua rica história e herança cultural, contrastam fortemente com as periferias, caracterizadas por níveis extremos de vulnerabilidade social. Esse contexto de desigualdade socioespacial desempenhou um papel central no surgimento e fortalecimento das facções criminosas em Salvador, principalmente no final dos anos 2000¹¹. Nas áreas marcadas pela falta de acesso a serviços básicos como educação, saúde e segurança, as facções encontraram terreno fértil para se expandir e estabelecer influência.

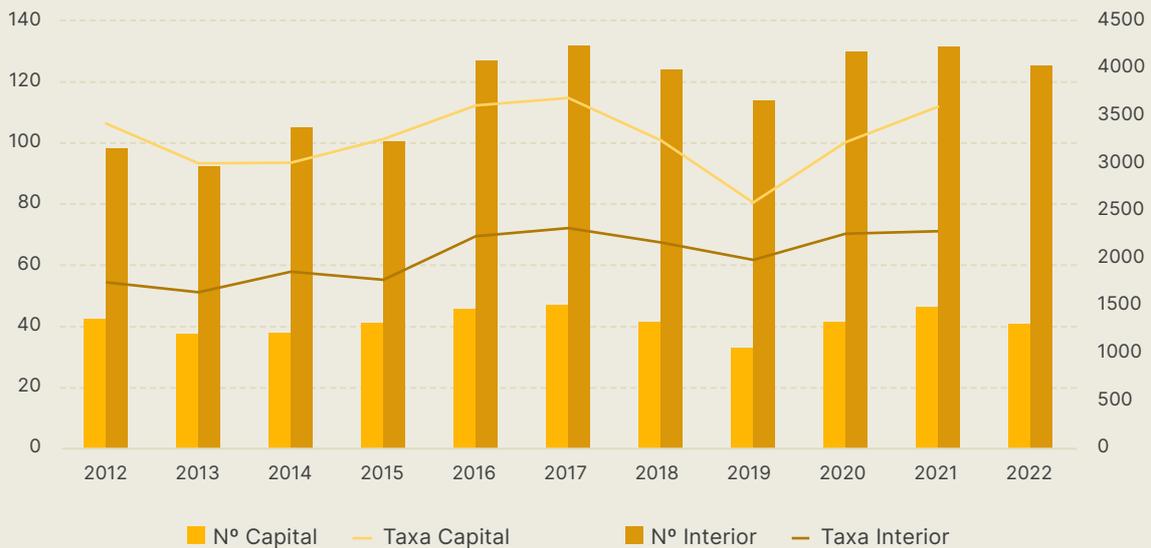
No início da década de 2010, Salvador já figurava entre as cidades mais violentas do Brasil, com taxas de homicídios alarmantes, especialmente em áreas periféricas e favelas. A sustentabilidade das altas taxas de homicídio na primeira metade dos anos 2010 denunciava o acirramento dos conflitos faccionais em torno do tráfico. Facções locais como o Comando da Paz (CP), que dominava territórios na capital desde os anos 1990, e outras mais recentes, como a Caveira e a Katiara, consolidaram seu controle sobre as periferias soteropolitanas a partir de uma série de incursões violentas. Em 2012, o surgimento e a expansão do Bonde do Maluco (BDM), uma facção

¹¹ PORTELLA, D. et al. *Homicídios dolosos, tráfico de drogas e indicadores sociais em Salvador, Bahia, Brasil. Ciência & Saúde Coletiva*, v. 24, n. 2, p. 631-639, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018242.32412016>. Acesso em: 03 out. 2024.

que rapidamente se tornou uma das mais poderosas na Bahia, desencadeou uma onda de violência nunca vista. O BDM disputava diretamente as áreas controladas pelo CP, em conflitos armados diretos que repercutiram no aumento drástico nas taxas de homicídio¹².

Gráfico 18 - Homicídios masculinos por arma de fogo no estado da Bahia, capital e interior, 2012-2022.

Número e taxa (por grupo de 100 mil homens)



Fonte: SIM/Datasus; IBGE

Entre 2013 e 2018, Salvador tornou-se palco de uma disputa territorial que, além do tráfico de drogas, envolvia outras atividades ilícitas como o roubo de cargas e o controle de territórios para a extorsão de comerciantes e moradores. A cidade passou a ser segmentada em “zonas de influência” das facções¹³, o que gerou um aumento no número de mortes violentas e confrontos abertos entre criminosos e policiais.

Diante desse cenário, o governo da Bahia adotou uma série de medidas para tentar conter a violência. Entre as iniciativas estava a criação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs)¹⁴, inspiradas no modelo carioca, com o objetivo de estabelecer uma presença policial permanente em áreas dominadas pelo crime organizado. Contudo, a implementação das UPPs em Salvador teve resultados pouco expressivos. A infraestrutura precária das unidades e a falta de recursos e planejamento estratégico fizeram com que a iniciativa falhasse em garantir uma pacificação duradoura. Muitas das comunidades sob o controle de facções assim permaneceram.

¹² ALMEIDA, O. Grupos criminosos baianos: evolução, dinâmicas e impactos nos fenômenos violentos da capital. Anais do VII Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão. Juiz de Fora, 2023.

¹³ ALMEIDA, O. Grupos criminosos baianos: evolução, dinâmicas e impactos nos fenômenos violentos da capital. Anais do VII Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão. Juiz de Fora, 2023.

¹⁴ NETO, F. Apropriação dos espaços de interação social e criminalidade no bairro nordeste de Amaralina – Salvador/BA. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Segurança Pública Justiça e Cidadania), Universidade Federal da Bahia, 2016.

A intensificação das operações da Polícia Militar da Bahia nas áreas reconhecidas pela presença de facções gerou um aumento expressivo dos confrontos, que frequentemente resultavam em mortes, especialmente entre homens jovens negros. Essas ações foram marcadas pelo uso excessivo da força e por duras críticas de organizações de direitos humanos, que denunciaram práticas como chacinas e a ausência de investigações rigorosas sobre os abusos cometidos.

Cuiabá (Mato Grosso)



A capital mato-grossense desempenha um papel central na logística do tráfico de drogas no Brasil, principalmente no que diz respeito à cocaína. Localizada próxima à fronteira com a Bolívia, um dos principais produtores mundiais da droga, Cuiabá é uma rota essencial para o transporte da cocaína que entra no Brasil e é distribuída para outras regiões do país, principalmente o Sudeste e o Nordeste, além de servir como ponto de passagem para exportação internacional. Essa posição geográfica e logística é a chave para entender o interesse crescente do Primeiro Comando da Capital (PCC) em consolidar sua presença na cidade ao longo da última década¹⁵.

A cocaína que chega a Cuiabá, em grande parte, é proveniente da Bolívia, onde o cultivo e a produção da planta de coca são amplamente disseminados. Uma vez que a droga cruza a fronteira boliviana, ela entra no território brasileiro pelo estado do Mato Grosso, seguindo principalmente pela malha rodoviária que conecta a região a grandes centros de consumo no Sudeste, como São Paulo e Rio de Janeiro, e a portos no litoral, de onde a cocaína é exportada para mercados internacionais, principalmente na Europa. Esse fluxo é facilitado pelo grande número de rotas secundárias que cortam áreas rurais e florestais no entorno de Cuiabá, o que torna o controle logístico da cidade fundamental para o sucesso das operações do tráfico¹⁶.

Desde sua origem em São Paulo, o PCC buscou dominar as principais rotas do tráfico de drogas como forma de assegurar seu crescimento econômico e expandir seu poder territorial. Cuiabá é um hub no fluxo da cocaína, e com a crescente demanda pela droga no Brasil e nos mercados internacionais, o controle sobre essa logística se tornou um objetivo prioritário para o PCC. Essa lógica de expansão explica por que, a partir de 2012, o PCC intensificou suas atividades em Cuiabá, inicialmente disputando o controle do território com facções locais, como o Comando Vermelho de Mato Grosso (CVMT), e outros coletivos criminais menores.

¹⁵ MANSO, B.; DIAS, C. *A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil*. São Paulo: Editora Todavia SA, 2018.

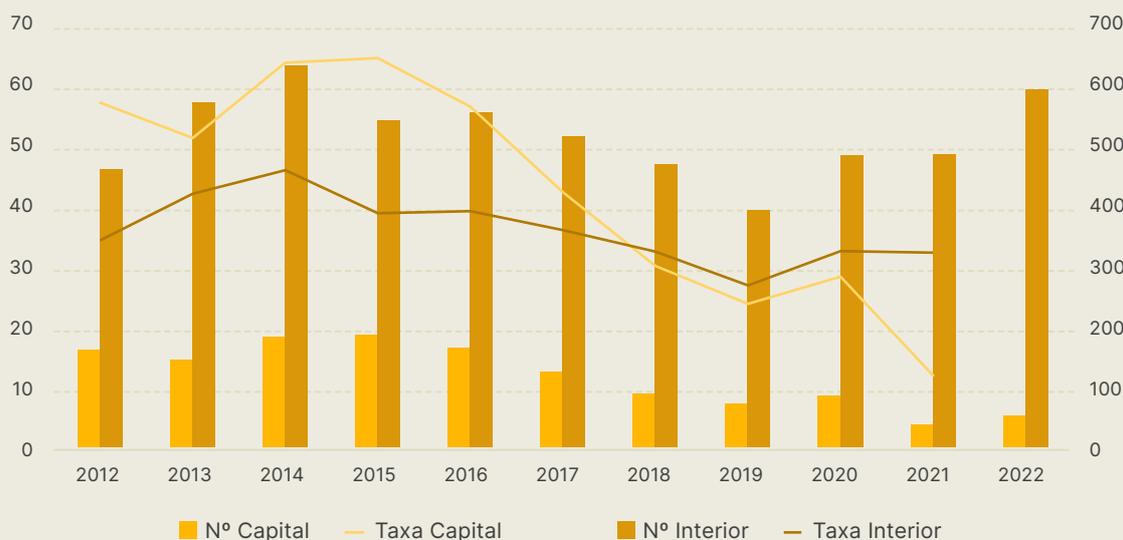
¹⁶ CARVALHO, J. *Crime organizado no estado de Mato Grosso*. Disponível em: https://bdm.ufmt.br/bitstream/1/871/1/TCCP_2014_Juliano%20Silva%20de%20Carvalho.pdf. Acesso em: 21 set. 2024.

Nota-se desde o início da série o alto patamar das taxas de homicídios por arma de fogo na população masculina, especialmente na capital, que atingiu o pico em 2014-2015. Os estudos locais descrevem o período como marcado por disputas pelo controle da logística do tráfico entre CVMT e PCC, disputas essas caracterizadas por rompantes de violência seguidos por tréguas descontinuadas.¹⁷

A partir de 2016, com o restabelecimento do CVMT como facção dominante em Cuiabá, percebe-se uma diminuição significativa nas taxas de homicídios por arma de fogo, produto da estabilização das disputas territoriais. Ainda que tenha sobressaltos em 2020 e 2022, a cidade conta nos dois últimos anos com os menores números da série. Por outro lado, no interior do estado, as variações foram menos bruscas e uma tendência de aumento da violência armada se afirmou nos três últimos anos (2020-2022). Desse modo, ocorre uma inversão e um novo cenário se anuncia, com o interior do estado respondendo pelas mais altas taxas de violência armada.

Gráfico 19 - Homicídios masculinos por arma de fogo no estado do Mato Grosso, capital e interior, 2012-2022.

Número e taxa (por grupo de 100 mil homens)



Fonte: SIM/Datasus; IBGE

Há um outro fator que contribuiu para a trajetória de redução da taxa de homicídio em Cuiabá nos últimos 10 anos: a intensificação das atividades policiais¹⁸. Entre 2017 e 2022, o Estado aumentou a presença da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e das forças de segurança locais, reforçando o controle das rodovias e intensificando as operações de combate ao tráfico. Esse aumento da repressão estatal contribuiu para a apreensão

¹⁷ CHIROLI, B.; SOUZA, H.; CASTRO, C. Atuação das organizações criminosas entre 2016/2018 e seu impacto na segurança pública de mato grosso nos crimes contra instituições financeiras. *Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública*, v. 21, n. 1. Mato Grosso. 2021. Disponível em: <http://revistacientifica.pm.mt.gov.br/ojs/index.php/semanal/article/view/519>. Acesso em: 20 set. 2024.

¹⁸ TRINDADE, A. Organizações criminosas em Mato Grosso à luz da associação diferencial: o caso dos salves determinados pelo Comando Vermelho na periferia de Cuiabá. 2021. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2021.

de grandes carregamentos de drogas e a prisão de figuras importantes do CVMT, o que, por sua vez, impactou a organização interna da facção na cidade, sobretudo nos anos de 2020 e 2022. Ainda assim, a despeito de maior presença das forças de segurança, o CVMT manteve seu controle sobre as rotas de tráfico em Cuiabá, adaptando suas operações para evitar a ação das autoridades. A facção conseguiu estabelecer uma rede de proteção eficiente, que inclui desde a corrupção de agentes locais até o uso de drones e outras tecnologias para monitorar as operações policiais.¹⁹

São Paulo (São Paulo)



A dinâmica da violência armada em São Paulo revela uma transformação notável nos padrões de operação do crime na cidade, marcada pela mudança no modus operandi das facções criminosas, especialmente o Primeiro Comando da Capital (PCC). Em 2010, o PCC já dominava o cenário do crime organizado de São Paulo, após ter consolidado seu poder no sistema prisional nas décadas anteriores. A organização se destacou pela capacidade de coordenar ações criminosas e de regular o uso da violência ao evitar confrontos diretos e públicos para “resolver” conflitos emergentes. O controle da facção funcionou como uma espécie de “paz armada”, na qual o uso da violência se fazia presente, mas de modo direcionado para dentro das organizações, sem maiores repercussões externas. Esse regime de controle sobre os territórios e as atividades da facção contribuiu para o constante declínio das taxas de homicídio²⁰, observado desde o início dos anos 2000 no estado de São Paulo.

Gráfico 20 - Homicídios masculinos por arma de fogo no estado de São Paulo, capital e interior, 2012-2022.

Número e taxa (por grupo de 100 mil homens)



Fonte: SIM/Datasus; IBGE

¹⁹ SANTIN, G. O perfil do condenado por tráfico de drogas no estado de Mato Grosso. Boletim IBCCRIM, v. 31, n. 372, p. 32-34, 2023.

²⁰ FELTRAN, G. Governo que produz crime, crime que produz governo: o dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo (1992-2011). Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 6, p. 232-255, 2012.

A partir de 2014, o PCC expandiu suas operações para fora de São Paulo, ganhando influência em outras regiões do Brasil e mesmo em redes de tráfico internacional²¹. A maior visibilidade e o envolvimento com redes internacionais não só colocaram o PCC sob maior vigilância das forças de segurança, como também criaram tensões com facções rivais, como o Comando Vermelho (CV), em disputas por territórios nas várias regiões do país²². Embora não resultassem imediatamente no aumento de homicídios em São Paulo, essas tensões contribuíram para o agravamento dos conflitos armados em outros lugares, revelando dinâmicas que podem levar a bruscas variações nas taxas de mortalidade nos diversos contextos regionais.

Por outro lado, se os homicídios estavam em queda, outros tipos de crimes, como roubos e furtos, começaram a aumentar. Isso refletia um novo modelo de operação da facção, que manteve o tráfico de drogas como atividade central, mas também passou a se envolver em outros mercados ilegais, como o contrabando de mercadorias e crimes digitais. Essa diversificação das atividades criminosas não resultou necessariamente em maior exposição à violência, mas evidenciou a expansão da atuação do crime organizado em diferentes frentes, muitas vezes de forma invisível para a população^{23,24}.

Nesse contexto de redução de confrontos abertos, pode-se dizer que a violência armada se deslocou do confronto direto para formas mais sutis de controle e coerção, que envolvem desde resolução interna de conflitos até imposição de “taxas” sobre o comércio local. A facção tornou-se parte da estrutura social e econômica das periferias e a violência se tornou menos visível. Portanto, a queda das taxas de homicídio em São Paulo não deve ser interpretada como um sinal de pacificação ou melhora definitiva nas condições de segurança pública, **mas um efeito da regulação do crime.**

Porto Alegre (Rio Grande do Sul)



A capital Porto Alegre tornou-se um exemplo de como as dinâmicas de violência armada podem ser profundamente influenciadas por transformações internas nas próprias comunidades e bairros, marcados por décadas de segregação social e desigualdade. Ao longo da década de 2010, a cidade passou por transformações significativas nas suas dinâmicas de crimi-

²¹ MANSO, B.; DIAS, C. *A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil*. São Paulo: Editora Todavia SA, 2018.

²² DUARTE, T.; ARAUJO, I. *PCC em pauta: narrativas jornalísticas sobre a expansão do grupo pelo Brasil*. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 13, p. 505-532, 2020.

²³ FELTRAN, G. *Economias (i)lícitas no Brasil: uma perspectiva etnográfica*. *Journal of Illicit Economies and Development*, v. 1, p. 36, 2019.

²⁴ FELTRAN, G. et al. *Variações nas taxas de homicídios no Brasil: Uma explicação centrada nos conflitos faccionais*. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 15, p. 311-348, 2022.

nalidade, impulsionadas por fatores como a reorganização do tráfico de drogas, o aumento da violência letal e a resposta das autoridades públicas, que alternaram políticas de repressão e tentativas de mediação.

Nesse contexto, o crescimento da violência armada esteve fortemente atrelado a uma rede de disputas internas entre coletivos criminais locais, como o Bala na Cara (BNC) e o Antibala²⁵.

Fundado em 2005, o grupo BNC rapidamente cresceu e se consolidou como um ator central no cenário criminal de Porto Alegre. A facção expandiu seu domínio por meio da eliminação violenta de gangues rivais e da apropriação de territórios, o que desestabilizou as dinâmicas criminais estabelecidas na capital gaúcha. Antes da ascensão da BNC, algumas áreas de Porto Alegre mantinham uma divisão negociada de territórios entre grupos menores, garantindo certa estabilidade no tráfico de drogas e evitando confrontos armados. No entanto, a expansão agressiva da BNC colocou fim a esses acordos e acirrou a competição violenta²⁶.

Em 2015, em oposição à BNC, surgiu a coalizão criminosa Antibala. Esse coletivo, formado por gangues menores que buscavam conter o avanço da BNC, inaugurou uma nova fase de polarização no crime organizado de Porto Alegre. A partir de então, BNC e Antibala se tornaram as duas principais forças criminais na capital, rivalizando pelo controle dos mercados ilegais e das áreas periféricas.

A guerra entre esses dois grupos, conhecida localmente como “embolamento”, levou a uma intensificação dos confrontos, culminando em um recorde de homicídios na capital, com bairros registrando taxas acima de 200 mortes por cem mil habitantes entre 2013 e 2016²⁷. Em termos de violência armada, a cidade registrou a maior taxa de homicídios masculinos, quase 100 por grupo de cem mil, no ano de 2016.

Esse contexto de competição contribuiu diretamente para o aumento das taxas de homicídio na cidade. O período de 2013 a 2016 foi marcado pela escalada dos homicídios armados resultantes das vendetas entre grupos rivais, que passaram a predominar nas periferias da cidade.

²⁵ FELTRAN, G. et al. *Variações nas taxas de homicídios no Brasil: Uma explicação centrada nos conflitos faccionais*. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 15, p. 311-348, 2022.

²⁶ CIPRIANI, M. *Do global ao local: A emergência das “facções criminais” no Brasil e sua manifestação em Porto Alegre*, Manuscrito (Bacharelado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

²⁷ CIPRIANI, Marcelli. “Embolamento”. In: PERONDI, M. et al. (Orgs). *Juventudes entre A & Z*. Porto Alegre: CirKula, 2021a.

Gráfico 21 - Homicídios masculinos por arma de fogo no estado do Rio Grande do Sul, capital e interior, 2012-2022.

Número e taxa (por grupo de 100 mil homens)



Fonte: SIM/Datasus; IBGE

A violência característica desse período não se limitava a confrontos diretos por pontos de tráfico. Em 2016, uma nova tática foi introduzida: os atentados, em que os membros dos coletivos rivais faziam incursões rápidas nas áreas controladas pelo inimigo, disparando aleatoriamente em quem estivesse por perto, sem um alvo específico. Essa violência indiscriminada tinha como objetivo não apenas desafiar a autoridade dos grupos rivais, mas também impor um clima de terror nas comunidades periféricas. Os atentados contribuíram para um aumento drástico no número de vítimas civis e reforçaram a sensação de insegurança entre os moradores dessas áreas²⁸.

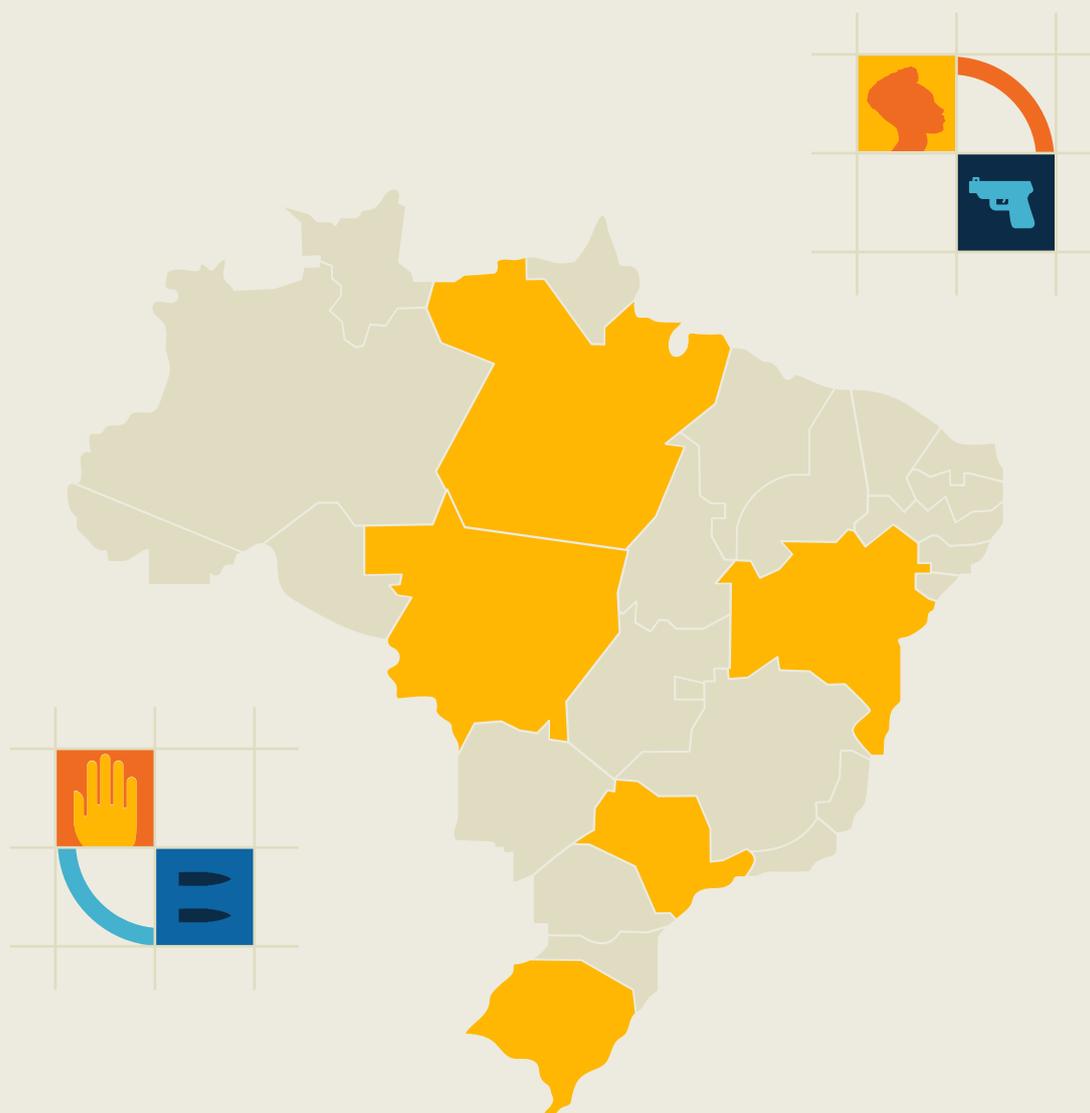
O fim do conflito aberto entre BNC e Antibala em 2018 marcou uma mudança expressiva na dinâmica da violência em Porto Alegre. O cessar-fogo foi motivado, em parte, pelo desgaste econômico que a guerra entre as duas facções havia gerado. A BNC, mais interessada em expandir suas operações para o interior do estado, começou a direcionar seus esforços para disputar rotas de mercadorias com a facção regional Manos, diminuindo sua presença nas disputas urbanas em Porto Alegre. Já os Antibala, fortalecidos pela conquista de novas galerias no sistema prisional, consolidaram seu controle sobre áreas importantes da cidade, mas também reconheceram que a continuidade da guerra traria mais prejuízos do que benefícios para seus negócios.

Com o fim do conflito entre BNC e Antibala, as taxas de homicídio em Porto Alegre caíram drasticamente, com redução de quase 50% na taxa de homicídios por arma

²⁸ CIPRIANI, M. *Os coletivos criminais de Porto Alegre entre a "paz" na prisão e a guerra na rua*. São Paulo: Hucitec, 2021b.

de fogo entre homens. Apesar de conflitos pontuais ainda ocorrerem, a cidade não voltou a experimentar os níveis extremos de violência de 2016. A guerra entre os coletivos locais e a fragmentação do crime, que antes alimentavam uma espiral de violência, deram lugar a um cenário de maior estabilidade. Nos anos seguintes, a cidade continuou a lidar com desafios no combate ao crime organizado, principalmente em relação ao fortalecimento de facções como os Manos e à influência indireta de facções nacionais, mas a violência letal diminuiu consideravelmente.

Em 2019, foi lançado o programa estadual RS Seguro, focado no enfrentamento de organizações criminosas e na redução dos homicídios a elas atribuídos. O programa priorizou a identificação e a prisão das lideranças criminosas associadas a episódios de homicídios e tráfico de drogas, assim como a apreensão de armas, entre outras estratégias. A partir de 2022, com base nos dados atuais da segurança, observa-se redução importante dos homicídios no estado, especialmente na capital.





VIOLÊNCIA CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Os principais resultados apresentados nesta terceira edição do Violência Armada e Racismo reiteram a necessidade de monitoramento e intervenção para alteração de uma realidade marcada pela alta incidência de violência armada que assola desigualmente a sociedade brasileira.

As armas de fogo persistem como principal meio de violência letal contra homens no Brasil, ceifando a vida sobretudo de jovens a adultos jovens, população que deveria estar em pleno desenvolvimento econômico e social. Um aspecto marcante é a inabalável desigualdade racial na vitimização, cuja constância evidencia condições estruturais que conectam a violência letal a contextos de vulnerabilidade social e racial. O perfil das vítimas permanece o mesmo, com raras exceções, por todo o território nacional e, qualquer que seja a tendência das mortes violentas (aumento ou redução) nos diversos contextos locais, os homens negros seguem participando como as vítimas majoritárias.

As armas de fogo são elemento central das dinâmicas criminais que se tornaram mais complexas ao longo das últimas décadas e às quais os homens estão mais vulneráveis. A análise qualitativa das dinâmicas criminais que alimentam a violência armada em cinco capitais brasileiras (Belém, Salvador, Cuiabá, São Paulo e Porto Alegre) revela padrões distintos, moldados por fatores locais e regionais. Salvador apresenta taxas de homicídios altas e superiores ao interior do estado ao longo de toda a série analisada, ainda que haja focos também em regiões do interior do estado. Após o refluxo de 2018-19, sofreu um repique que a posicionou na liderança entre as capitais mais

violentas. Belém e Cuiabá partem de taxas altas que decrescem de modo acentuado, em contraposição ao aumento observado no interior do Pará e do Mato Grosso, uma tendência que evidencia a interiorização da violência armada nesses estados. Porto Alegre também parte de taxas altas e superiores às do interior do estado, mas, após o pico de 2016, apresentou uma redução expressiva que aproximou a capital dos níveis observados no interior. Em São Paulo, capital que apresenta a mais longa e acentuada tendência de redução nas taxas de homicídios, destaca-se o controle territorial nas periferias exercido por uma única organização que opera o tráfico de drogas e outros mercados ilegais. O controle rígido sobre as periferias paulistanas e a regulação interna da violência, de modo a evitar conflitos abertos, possivelmente contribuíram para reduzir os homicídios. Cabe notar a redução mais drástica na capital em relação ao interior, cujos indicadores, apesar da tendência geral de queda, apresentam oscilações intermitentes de crescimento.

Como visto, as dinâmicas criminais têm diferentes configurações locais, mas contam com um elemento comum, a arma de fogo como mecanismo essencial do controle territorial e do desenvolvimento das economias ilegais. As bruscas variações das taxas de homicídios refletem o agravamento das disputas e os processos de “estabilização” ou reconfiguração das economias ilegais. Para superar esse cenário é preciso investir em múltiplas frentes de políticas públicas, de modo a enfrentar os fatores da violência armada e as profundas desigualdades raciais que favorecem a vitimização da população negra nesse contexto.

Por um lado, é preciso investir no enfrentamento legítimo das dinâmicas criminais que se espalharam nos diferentes contextos regionais. Políticas de segurança voltadas ao fortalecimento da investigação policial, de modo articulado entre os níveis de governo e compartilhado entre as instituições, com emprego de inteligência e de ferramentas tecnológicas, são fundamentais. A alta taxa de impunidade dos crimes contra a vida é um fator a ser enfrentado, visto que apenas 39% dos casos chegam à elucidação no país. Paralelamente, o fortalecimento do controle de armas no país se impõe como elemento central para reduzir o tráfico de armas e, conseqüentemente, o poder das organizações criminosas. Aprimorar as normas e os mecanismos de controle é requisito para reduzir a circulação de armas de fogo, tanto legais quanto ilegais, na sociedade brasileira.

Por outro lado, políticas de prevenção social e investimento na juventude são essenciais. Como se viu, homens negros, especialmente os jovens, são desproporcionalmente impactados pela violência letal, o que reforça a necessidade urgente de ações que enfrentem o racismo estrutural presente nessas dinâmicas. Essas estratégias devem combinar segurança pública com políticas sociais, buscando não apenas conter a violência, mas também combater suas causas raciais e estruturais.

Políticas intersetoriais que integrem segurança, educação, saúde e desenvolvimento social são igualmente necessárias. As desigualdades raciais que expõem os jovens

negros à violência armada só poderão ser combatidas por meio de políticas que garantam acesso à educação de qualidade, ao mercado de trabalho, condições dignas de moradia e espaços seguros para convivência e lazer.

Por fim, mas não menos importante, é fundamental conter a violência institucional que marca as intervenções policiais nas áreas periféricas e contribuem para a alta vitimização por arma de fogo. As políticas de segurança para enfrentar a criminalidade não podem produzir a vitimização das populações periféricas, como acontece recorrentemente nas diversas regiões do país. As intervenções policiais vitimam majoritariamente homens negros e também respondem por uma parcela considerável das mortes por arma de fogo registradas no país. No ano de 2022, 13,5% das mortes violentas intencionais foram decorrentes de intervenções policiais. Nos casos por ora analisados, essa proporção foi de 22% na Bahia, 20,6% no Pará, 11,3% em São Paulo, 10,2 no Mato Grosso e 5,1% no Rio Grande do Sul. Já em 2023, a participação das mortes por intervenção legal chegou a 25,8% na Bahia, 19,2% no Mato Grosso, 14,5% em São Paulo e 7,6% no Rio Grande do Sul. No Pará, manteve-se igual²⁹.

A reversão desse quadro depende de um equilíbrio entre ações repressivas legítimas contra o crime organizado e investimentos em medidas sociais de longo prazo, que promovam a inclusão e combatam os fatores que alimentam a violência armada no país, com atenção especial às desigualdades raciais.

Nesse sentido, é preciso valorizar iniciativas que procuram efetivamente enfrentar a vitimização por violência armada no país, a exemplo dos programas Cada Vida Importa, no Ceará, e Comitê Paulista pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, em São Paulo. São iniciativas que integram segurança pública, políticas sociais e mobilização comunitária, em busca de estratégias sustentáveis de redução da letalidade armada entre jovens negros.

O programa Cada Vida Importa, criado em 2017, no Ceará, ilustra como uma abordagem intersetorial pode ser eficaz. Esta política envolve a cooperação entre diferentes áreas governamentais (como segurança, saúde, educação e assistência social) e a participação ativa da sociedade civil, incluindo organizações comunitárias e movimentos sociais que já atuam nas periferias. O foco do programa está na prevenção de homicídios em áreas de alta vulnerabilidade, onde a juventude negra é mais afetada pela violência armada. Por meio da articulação entre esses diversos atores, o Cada Vida Importa desenvolve ações que vão desde campanhas educativas até intervenções diretas em comunidades, como a ampliação do acesso a oportunidades educacionais, culturais e de emprego para os jovens. Além disso, o programa conta com o mapeamento de indicadores de violência e desigualdade, permitindo uma alocação mais eficaz dos recursos e das ações preventivas.

²⁹ Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024.

Uma das características que tornam o programa replicável é sua capacidade de criar espaços de diálogo contínuo entre governo e sociedade civil, por meio de fóruns, audiências públicas e grupos de trabalho. Essa integração promove a construção de soluções que não apenas tratam as consequências da violência, mas também buscam transformá-las em oportunidades para prevenir novas ocorrências. O programa prioriza a ação preventiva sobre a repressiva, invertendo a lógica tradicional das políticas de segurança pública focadas em intervenções policiais. A proposta é agir antes que a violência ocorra, investindo em mecanismos que empoderem a juventude e rompam o ciclo da exclusão social que pode favorecer o envolvimento com o crime e a vitimização por violência.

Por outro lado, o Comitê Paulista pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CPPHA), lançado em 2018, em parceria com a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e o UNICEF, traz uma abordagem que alia a análise de dados à implementação de políticas públicas específicas para adolescentes negros. O CPPHA trabalha com a coleta e análise de informações sobre homicídios de adolescentes, buscando entender as condições sociais, econômicas e culturais que aumentam a vulnerabilidade desse grupo à violência. Um dos pontos centrais dessa iniciativa é o foco na produção de conhecimento, utilizando dados para identificar os fatores de risco e, com base nisso, desenvolver ações preventivas que podem ser aplicadas em diferentes contextos urbanos. O Comitê também incentiva a mobilização de gestores públicos e a conscientização da sociedade sobre a importância de medidas específicas para a proteção dos jovens negros, ampliando o debate sobre as causas da violência e apontando caminhos para sua redução.

O CPPHA tem como um de seus pilares a educação, com ações que visam garantir o acesso dos jovens a escolas de qualidade e o desenvolvimento de atividades que fortaleçam o protagonismo juvenil. Uma de suas inovações é a articulação entre diferentes níveis de governo, promovendo a troca de experiências e a padronização de práticas bem-sucedidas, o que facilita sua adaptação em outras regiões. Além disso, o Comitê estimula a participação dos próprios jovens no processo de construção de políticas públicas, valorizando suas vozes e experiências para criar soluções que sejam realmente aplicáveis ao contexto em que vivem.

Esses programas procuram integrar diversas áreas (segurança pública, educação, saúde e desenvolvimento social) para atuar de forma coordenada e eficaz. Essa abordagem integrada permite que o combate à violência não seja apenas uma questão de repressão policial, mas também de transformação social, com foco em romper o ciclo de exclusão que afeta de maneira desproporcional a população negra no Brasil. São iniciativas com potencial para fortalecer programas de governo que em diferentes momentos se mostraram bem-sucedidos na redução de homicídios - tais como Pacto pela Vida (PE), Fica Vivo (MG) e Estado Presente (ES) -, ao colocar a juventude negra como sujeito de direitos e a defesa da vida no cerne da política pública.